

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PABLO ANDRÉS ZAMBRA ALLIÚ**

**FATORES ASSOCIADOS À PERCEPÇÃO DE CONTADORES SOBRE A**  
**COMPLEXIDADE NA CONTABILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS: UM ESTUDO**  
***CROSS-COUNTRY***

**UBERLÂNDIA**

**2018**

**PABLO ANDRÉS ZAMBRA ALLIÚ**

**FATORES ASSOCIADOS À PERCEPÇÃO DE CONTADORES SOBRE A  
COMPLEXIDADE NA CONTABILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS: UM ESTUDO  
*CROSS-COUNTRY***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial da obtenção de título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias

**UBERLÂNDIA**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

Z24f      Alliú, Pablo Andrés Zambra, 1987-  
2018      Fatores associados à percepção de contadores sobre a complexidade  
na contabilização de derivativos : um estudo cross-country / Pablo  
Andrés Zambra Alliú. - 2018.  
80 f. : il.

Orientador: Rodrigo Fernandes Malaquias.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.505>  
Inclui bibliografia.

1. Contabilidade - Teses. 2. IFRS Foundation - Teses. 3. Contadores  
- Teses. 4. Auditores - Teses. I. Malaquias, Rodrigo Fernandes, 1983-. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Contábeis. III. Título.

CDU: 657

---

Glória Aparecida – CRB-6/2047

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Claudia, por sua companhia, carinho, compreensão, tenacidade exemplar e sua visão profissional quando precisei, demonstrada durante todo o tempo, tanto antes quanto durante o mestrado. Meus pais por estar sempre atentos a meus passos e me apoiando à distância.

Agradeço também a meu irmão Luis e meus amigos da vida, porque sempre estarem presentes, independente da distância existente. Em linha, agradeço aos novos amigos brasileiros que me apoiaram nestes anos e ensinaram sua cultura, também aos novos amigos de diferentes países que conheci graças a esta experiência.

À OEA (*Organización de los Estados Americanos*) que em conjunto com PAEC (*Programa de Alianzas para a Educación y la Capacitación*) e GCUB (*Grupo Coimbra de Universidades Brasileñas*) e o apoio do Ministério de Relações exteriores do Brasil e OPS/OMS (*Organización Panamericana de la Salud*) fizeram possível a oportunidade de estudar no Brasil. Igualmente agradecido da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pela bolsa de pesquisa para cursar o Mestrado em Ciências Contábeis no PPGCC/FACIC/UFU. Agradeço também pela possibilidade de desenvolvimento de um artigo (título: *Audit Quality in the Context of Investment Funds*, submetido a periódico internacional), como atividade extra-curricular, dentro do Projeto FAPEMIG APQ-01265-14, coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias.

Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias, por sua orientação, pelo contínuo acompanhamento ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pelo auxílio estatístico, pelos convites em artigos científicos que ajudaram ao melhoramento de meu currículo acadêmico e pela exigência de altos níveis de leitura científica que ajudaram em formar outra visão da profissão.

Agradeço ao Prof. Dr. Ilírio José Rech e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Mendes da Silva pelas valiosas sugestões em versões preliminares deste trabalho, além dos docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por me permitir aprofundar uma visão científica da contabilidade. Ao Prof. Dr. Anísio Candido Pereira pelas considerações e contribuições apresentadas na banca de defesa final.

Finalmente agradeço a Deloitte, pela confiança depositada no tempo que durou o mestrado, pelas constantes ajudas e pelas experiências adquiridas no mercado de trabalho que me permitiu o desenvolvimento da pesquisa.

## RESUMO

Os efeitos na oferta e na demanda dos diferentes instrumentos financeiros, que podem inclusive afetar o nível de risco financeiro de uma empresa, potencializados pela importância de diferentes fatores atuais/históricos relacionados aos mercados, além de constantes mudanças nas normas sobre o tratamento contábil dos referidos instrumentos, auxiliam no entendimento da justificativa para realizar o presente estudo. O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar a relação entre características das empresas contratantes e a percepção de complexidade na contabilização de derivativos por parte dos auditores / contadores que prestam serviços a elas. A amostra do estudo foi composta por contadores e auditores que atuam em dois países da América Latina (Brasil e Chile). A percepção sobre complexidade foi avaliada por meio de um questionário estruturado aplicado de maneira eletrônica. Para mensuração da percepção, foi adotada uma escala de Likert de 5 pontos. Quanto às variáveis explicativas, foram consideradas as seguintes características das empresas contratantes: tipo de auditoria; tamanho da empresa; setor; empresa listada; transparência; empresas exportadoras. Cada uma destas variáveis fundamentou uma hipótese. Os testes quantitativos foram realizados por meio de análise de regressão multivariada, bem como foi empregado o teste estatístico não paramétrico qui-quadrado para análise de uma potencial associação entre as variáveis incluídas na pesquisa. Os principais resultados evidenciaram que o vínculo com grandes empresas de auditoria apresenta um efeito positivo na percepção sobre o nível de complexidade na contabilização de instrumentos financeiros, resultado este que contraria a hipótese levantada na pesquisa. Outros resultados interessantes também são discutidos no estudo.

**Palavras-chaves:** Complexidade; Percepção; Instrumentos Financeiros; IFRS; Contador; Auditor.

## **ABSTRACT**

*The effects in offer and demand of different financial instruments, that can affect the financial risk of a firm too, together with the importance of different factors related with the market and with the recent changes in the standards on accounting for financial instruments, are used to understand the relevance of this study. The main purpose of this research is to analyze the relationship of some characteristics of hiring firms and the perception of auditors / accountants about the complexity in accounting for financial instruments. The sample is comprised of respondents from Latin America, namely accountants and auditors from Brazil and Chile. The perception of complexity was evaluated through a structured questionnaire, which was applied using electronic forms. The evaluation of the perception about complexity was done through a Likert scale of five points. Regarding the independent variables, the quantitative model considers the following characteristics of the hiring firms: auditor type; firm's size; industry; listed firms; transparency; exporting firms. Each one of these variables represented a hypothesis. The quantitative tests were developed through multivariate regression analysis, as well as a non-parametric statistic test: the qui-square test, in order to analyze a potential association between the variables included in this research. The main results indicated that respondents linked to large auditing firms presented higher levels of perception about the complexity in accounting for financial instruments, and this result was not in line with the respective study hypothesis. Other interesting results are discussed in this research.*

**Keywords:** *Complexity; Perception; Financial Instruments; IFRS; Accountants; Auditor.*

## **RESUMEN**

*Los efectos en la oferta y en la demanda de los instrumentos financieros, que pueden inclusive afectar el nivel de riesgo financiero de una empresa, potenciados por la importancia de diferentes factores actuales/históricos relacionados a los mercados, además de constantes cambios en las normas sobre el tratamiento contable de los referidos instrumentos, ayudan en el entendimiento de la justificativa para realizar el presente estudio. El objetivo principal de esta investigación consiste en analizar la relación entre características de las empresas contratantes y la percepción de complejidad en la contabilización de derivados por parte de los auditores/ contadores que prestan servicio a ellas. La muestra del estudio fue compuesta por contadores y auditores que prestan servicios en dos países de América Latina (Brasil y Chile). La percepción sobre complejidad fue evaluada por medio de un cuestionarios estructurado aplicado de manera electrónica. Para medir la percepción, fue adoptada una escala de Likert de 5 puntos. En cuanto a las variables explicativas, fueron consideradas las siguientes características de las empresas contratantes: tipo de auditoría; tamaño de la empresa; sector; empresa listada; transparencia; empresas exportadoras. Cada una de estas variables fundamentó una hipótesis. Las pruebas cuantitativas fueron realizadas por medio de análisis de regresión multivariada, así como fue empleada la prueba estadística no paramétrica chi-cuadrado para análisis de una potencial asociación entre las variables incluidas en la investigación. Los principales resultados evidencian que el vínculo con grandes empresas de auditoría presenta un efecto positivo en la percepción sobre el nivel de complejidad en la contabilización de los instrumentos financieros, resultando esto contrario a la hipótesis levantada en la investigación. Otros resultados interesantes también son discutidos en el estudio.*

**Palabras Claves:** Complejidad; Percepción; Instrumento Financiero; IFRS; Contador; Auditor.

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
<b>COSO</b>	<i>Committee of Sponsoring Organizations</i>
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>FACIC</b>	Faculdade de Ciências Contábeis
<b>FAPEMIG</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
<b>FASB</b>	<i>Financial Accounting Standard Board</i>
<b>GCUB</b>	<i>Grupo Coimbra de Universidades Brasileñas</i>
<b>GLASS</b>	<i>Group of Latin American Accounting Standards Setters</i>
<b>IBRACON</b>	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
<b>IAS</b>	<i>International Accounting Standard</i>
<b>IASB</b>	<i>International Accounting Standard Board</i>
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standard</i>
<b>OEA</b>	<i>Organización de los Estados Americanos</i>
<b>OPS/OMS</b>	<i>Organización Panamericana de la Salud</i>
<b>PAEC</b>	<i>Programa de Alianzas para a Educación y la Capacitación</i>
<b>PPGCC</b>	Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis
<b>SVS</b>	<i>Superintendencia de Valores y Seguros</i>
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Estrutura do trabalho.....	9
Figura 2: Evolução da normativa IAS 30 – IFRS 7.....	13
Figura 3: Evolução da normativa IAS 39 – IFRS 9 .....	13

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução das normativas de instrumentos financeiros derivativos, uma revisão de estudos anteriores .....	11
Quadro 2: Principais definições e indícios de complexidades associados.....	15
Quadro 3: Complexidade nos <i>disclosures</i> .....	22
Quadro 4: Tipos de isomorfismos .....	25
Quadro 5: Resumo de efeitos de contágio financeiro .....	28
Quadro 6: Resumo variável e hipóteses .....	38
Quadro 7: Resumo dos resultados .....	48

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística Descritiva para as Variáveis da Pesquisa .....	46
Tabela 2: Fatores determinantes da complexidade de derivativos e valor Justo .....	49
Tabela 3: Fatores determinantes da complexidade de análises de sensibilidade, gestão de risco e IFRS 9 .....	50

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1	Contextualização .....	3
1.2	Pergunta- problema .....	5
1.3	Objetivos .....	5
1.3.1	Objetivo geral .....	5
1.3.2	Objetivos específicos .....	6
1.4	Justificativa e contribuições do estudo .....	6
1.5	Estrutura do trabalho .....	8
<b>2.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
2.1	Processo contábil dos Instrumentos financeiros derivativos:.....	10
2.2	Complexidade nos relatórios financeiros: uma perspectiva da teoria da agência:.....	14
2.3	Complexidade nos relatórios financeiros: uma perspectiva da teoria das divulgações: 19	
2.3.1	Divulgações Obrigatórias: .....	19
2.3.2	Divulgações Voluntárias:.....	20
2.3.3	Discussões relacionadas a complexidades nas divulgações: .....	20
2.4	Fatores que influenciam a percepção de complexidade: uma perspectiva da teoria institucional (Isomorfismo institucional):.....	23
2.4.1	Isomorfismo coercitivo: .....	24
2.4.2	Isomorfismo mimético:.....	24
2.4.3	Isomorfismo normativo: .....	24
2.5	A teoria do contágio financeiro e fatos históricos; influência no uso dos instrumentos financeiros derivativos:.....	26
2.5.1	Efeitos contágios relacionados ao terrorismo: .....	26
2.5.2	Efeitos contágios relacionados a crises:.....	27
2.5.3	Efeitos contágios relacionados a política:.....	27
2.6	Caraterísticas e fatores comportamentais que influenciam a percepção de complexidade:.....	28
2.7	Aspectos do Brasil e do Chile que podem afetar na percepção: .....	29
2.8	Hipóteses e variáveis independentes .....	31
2.8.1	Percepção da complexidade e atuação nas Big4 (tipo de auditor):.....	32

2.8.2	Percepção da complexidade e efeito do tamanho das empresas em que tem atuação: .....	32
2.8.3	Percepção da complexidade e atuação em setores industriais específicos: .....	34
2.8.4	Percepção da complexidade e atuação em empresas Listadas em bolsas estrangeiras: .....	35
2.8.5	Percepção da complexidade e práticas de Governança Corporativas :.....	36
2.8.6	Percepção da complexidades e atuação em empresa controle estrangeiro .....	37
2.8.7	Percepção da complexidade e Experiência de Mercado: .....	37
<b>3.</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>41</b>
3.1	Classificação da pesquisa .....	41
3.2	Delimitação da amostra e forma de coleta dos dados .....	41
3.3	Hipóteses, modelos econométricos e variáveis utilizadas.....	43
3.4	Limites da pesquisa .....	44
<b>4.</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>46</b>
4.1	Análise descritiva .....	46
4.2	Resultados da Análise de Regressão .....	48
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE A – Questões do perfil dos respondentes .....</b>	<b>72</b>
	<b>APÊNDICE B - Questões da complexidade .....</b>	<b>74</b>
	<b>APÊNDICE C – Grupos complexidades .....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICE D – Índices de confiabilidade e consistência interna .....</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE E: Análise bivariada de associação por meio do teste Qui-Quadrado.....</b>	<b>80</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

As operações com derivativos têm adquirido importância no ambiente econômico mundial, sendo também influenciadas por diferentes fatores financeiros, ambientais ou contingentes; seus impactos e potenciais níveis de incerteza relacionados têm sido estudados sob o chamado efeito contágio dos mercados (PROROKOWSKI, 2013). Esses efeitos apontam a necessidade, nas empresas, de captação por meio de diferentes tipos de instrumentos financeiros oferecidos pelos mercados, seja para fins de negociação a curto prazo, de financiamento ou de cobertura (proteção - *hedge*) (De ZEN *et al.*, 2006).

De forma específica, as estratégias de cobertura mediante o uso de derivativos podem ser variáveis nos setores industriais, como é o caso do setor da extração de minerais ou agronegócio, pela natureza de suas operações (De ZEN *et al.*, 2006; HASSAN *et al.*, 2006a; TAYLOR *et al.*, 2008; TAYLOR *et al.*, 2010; BIRT *et al.*, 2013). Também podem estar presentes em empresas de tamanhos diversos, ou, ainda, conforme o grau de associação dos gestores organizacionais com as ofertas de instrumentos financeiros. Dessa forma, os mercados oferecem diferentes instrumentos financeiros, os quais podem ser divididos em derivativos e não derivativos, entre estes últimos destacam-se “opções financeiras, contratos de futuros e a termo, *swaps* de taxas de juro e *swaps* de moeda” (IASB, 2012a, p. 23).

Contudo, percebe-se a complexidade presente nas normas contábeis relacionadas aos instrumentos financeiros, desde a versão da *International Accounting Standard* (IAS 39): *Financial Instruments: Recognition and Measurement* até a recente *International Financial Reporting Standard* (IFRS 9): *Financial Instruments*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Nesse cenário, o regulador justifica a emissão da última norma relacionada aos instrumentos financeiros buscando atender às expectativas dos diferentes usuários das demonstrações financeiras e outras partes interessadas, que indicaram complexidade na compreensão, aplicação e interpretação da normativa IAS 39 (IASB, 2016), mesma situação do FASB que também define como a normativa mais complexa e que mais controvérsias tem gerado (GUAY *et al.*, 2016; TESSEMA, 2016).

Assim, segundo o exposto pelo IASB (2016), o processo de mudança foi feito em conjunto com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão responsável pela emissão de normas contábeis nos Estados Unidos, que emitiu em 2008 um documento de discussão com nome “Redução da complexidade da informação sobre instrumentos financeiros”, capturando, assim, maiores argumentos e padrões para realizar mudanças na

nova normativa. Em 2009, motivado pelo mercado, foi anunciado um calendário acelerado para substituição da IAS 39. A nova normativa tem aberto novos espaços para discussão, com foco, principalmente, na determinação do modelo de perdas esperadas em comparação às perdas incorridas (CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-FARKAS, 2016). Nesse cenário, as discussões representam indícios de permanência da complexidade relacionada à mensuração e registro na normativa.

Por sua vez, os instrumentos financeiros derivativos, segundo o exposto por Chang, Donohoe e Sougiannis (2016), são famosos pela complexidade econômica e o respectivo *disclosure*, indicando que o registro pode ser vinculado a praticamente qualquer ativo/passivo subjacente ou outros derivativos, com diferentes objetivos financeiros, envolvendo, ainda, contratos com terminologia complexa e ambígua. Nesta última afirmação, também já foi mencionada a ambiguidade, mas como normativa completa e não com foco ou assunto específico (CAMFFERMAN, 2015).

A complexidade, inerente às operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, pode ser percebida não só pelo contador que vai registrar uma operação envolvendo tais instrumentos, mas também por gestores organizacionais. Isso ocorre devido à comunicação entre áreas internas da empresa ou desconhecimento, seja das ferramentas oferecidas nos mercados ou normas contábeis relacionadas, como também, analistas nas suas projeções financeiras (CHANG *et al.*, 2016).

Por outro lado, a complexidade das transações envolvendo instrumentos financeiros também abrange aos auditores externos nos setores não financeiros. No sentido de mitigar o risco de detecção e certificar a confiabilidade e razoabilidade dos registros e divulgações, além de manter sua reputação, as grandes empresas de auditoria, conhecidas como “*Big Four*”, possuem áreas especializadas para análise de questões afins e um grande conhecimento normativo que fazem exigir de seus clientes a aplicação adequada das normativas (LOPES; RODRIGUES, 2007).

As exigências de diferentes testes de efetividade, divulgações financeiras, utilização de escolhas e políticas contábeis associadas, determinação de valor justo, documentação e análise de sensibilidade do *hedge accounting*, determinação de risco de capital próprio, avaliação do *impairment* pela perda esperada de valor versus perda incorrida, entre outras, envolvem certa complexidade na aplicação, contabilização e auditoria dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. Essa aplicação envolve complexidade no cálculo, registro e divulgação das operações (KAWALLER, 2004; BRATTEN *et al.*, 2016; CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-FARKAS, 2016).

Nesse sentido, considerando a importância das demonstrações contábeis para os investidores, instituições financeiras, fornecedores ou outros usuários externos da informação financeira, sua certificação por auditores externos possibilitará maior confiabilidade e racionalidade da informação preparada pelos contadores, sendo um fator para a redução da assimetria da informação (SCOTT, 2009; LOPES; RODRIGUES, 2007). A percepção (e relatórios) dos auditores é fundamental para a confiança do público que utiliza os relatórios financeiros (BEATTIE *et al.*, 1999), pois sua percepção sobre a complexidade das transações contábeis é um fator relevante devido ao conhecimento normativo da companhia auditada e de suas ferramentas utilizadas nas auditorias (LOPES; RODRIGUES, 2007). Assim, os contadores com atuação em auditorias, seja externa ou interna, podem ter outra visão da complexidade relacionada aos instrumentos financeiros derivativos.

É de supor que em países onde o nível de *disclosure* seja altamente incentivado, as indústrias que suportam a economia nacional tenham características distintas, ou, ainda, que o sistema legal seja diferente, influenciando os relatórios contábeis fornecidos ao público externo. Também, a capacitação ou certificação dos contadores pode influenciar em sua percepção acerca da complexidade dos instrumentos financeiros derivativos. Sobre a certificação, como condição obrigatória para o exercício da profissão, cita-se o caso brasileiro onde o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) exige a certificação, e o Chile, onde não há órgão que regulamente tal condição, justificando-se um estudo *cross-country* para analisar as similaridades e/ou diferenças da atuação profissional do auditor entre ambos os países.

## 1.2 Pergunta- problema

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende responder à seguinte questão: **Quais fatores podem estar associados com a percepção de contadores e auditores sobre a complexidade de contabilização de operações com instrumentos financeiros?**

## 1.3 Objetivos

### 1.3.1 Objetivo geral

O objetivo primário é analisar quais fatores podem estar associados com a percepção de contadores e auditores sobre a complexidade de contabilização de operações com instrumentos financeiros.

Para a análise da percepção da complexidade de diferentes aspectos que abrangem as normativas relacionadas aos instrumentos financeiros, foram aplicados questionários com perguntas baseadas nas normativas IFRS. A amostra foi composta por contadores do Brasil e do Chile, ambos países da América Latina e que adotam as normas internacionais de contabilidades (IFRS). De uma maneira geral, como conceito de complexidade, considera-se dificuldades no entendimento/interpretação de conceitos sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- i) Avaliar se a percepção sobre a complexidade varia entre contadores de dois diferentes países da América Latina (Brasil e Chile). Assim, mediante a confecção de um questionário baseado nas normas IFRS dos instrumentos financeiros e baseado na complexidade mencionada pelo IASB da IAS 39, foram expostos diferentes conceitos com a finalidade de captar a percepção de cada um.
- ii) Analisar se fatores como a experiência de trabalho e características pessoais dos contadores, apresentam relação com essa percepção. Exemplos de características relacionadas à experiência de trabalho referem-se a: anos de experiência, setores com maior prestação de serviços na trajetória profissional, ter trabalhado em alguma das *big four*. É importante comentar que os questionários foram aplicados de forma a garantir a não identificação dos respondentes, bem como deixando claro que a participação na pesquisa se mostrava totalmente voluntária, o que encontra-se como maior detalhamento no Apêndice B deste estudo.

### 1.4 Justificativa e contribuições do estudo

Fatores como o financiamento das commodities na agricultura tem assumido um papel de liderança na última década. Desde 2008, devido à crise financeira mundial, a volatilidade dos mercados, a especulação financeira e as estratégias de cobertura apresentam-se mais influentes nas variações de preço, ainda mais que fatores naturais próprios na operação deste setor, como mudanças climáticas, chuvas, secas, entre outros (KARYOTIS; ALIJANI, 2016). Assim, a relevância dos estudos de instrumentos financeiros derivativos, para as empresas, deve-se à necessidade de fortalecimento de suas estratégias de cobertura, a partir do

conhecimento da oferta nos mercados para cobertura destas instabilidades que, em variadas ocasiões, não dependem diretamente das operações próprias das empresas.

Os instrumentos financeiros representam uma fonte de recurso importante para a contabilidade demonstrar como a empresa explora e gera caixa com tais elementos. Assim, a visão financeira e contábil sobre essas operações merece maior aprofundamento devido a sua relevância e destaque recente, especialmente quando se observa que a utilização de derivativos pode também ampliar o nível de risco financeiro das empresas.

As implicações decorrentes de mudanças em normas IFRS, relacionadas à aplicação de instrumentos financeiros como a determinação e divulgação das perdas creditícias, classificações dos instrumentos financeiros, requerimentos para *hedge accounting*, entre outras, podem se tornar uma dificuldade na elaboração e divulgação dos relatórios financeiros (KAWALLER, 2004; CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-FARKAS, 2016).

Desta forma, a presente pesquisa é relevante para a área de contabilidade e finanças devido à identificação de conceitos de aplicação do mundo financeiro nos relatórios contábeis e o nível de complexidade que se pode perceber dependendo de diferentes fatores, seja na contabilização ou divulgações dos instrumentos. Os resultados do estudo podem, desta forma, evidenciar o nível de complexidade percebido pelos responsáveis por registrar e certificar os relatórios contábeis para os usuários externos.

Além disso, analisar se características dos contadores entre dois países da América Latina (Brasil e Chile), apresentam alguma relação ou diferenças com a percepção da complexidade dos instrumentos financeiros, contribui em identificar possíveis determinantes e desafios em ambos os países. Essa comparação poderá auxiliar na compreensão do perfil profissional potencialmente relacionado com maior ou menor dificuldade/conhecimento para contabilizar essas operações de modo adequado.

Como já foi mencionado, diferentes são os autores que apontam a utilização dos derivativos como complexas (BIRT *et al.*, 2013; PROROKOWSKI, 2013, KEFFALA, 2015; KHUMAHUALA *et al.*, 2016), assim como o mesmo órgão regulador IASB acrescenta na normativa relacionada um dos motivos para realizar mudanças; mas também não evidenciam as razões, transações, registros, cálculos que expliquem sua denominação (IASB, 2016). O estudo de Chang *et al.* (2016) apresenta uma análise da complexidade dos derivativos com base em uma visão dos analistas de orçamentos e projeções de investimentos. No entanto, ainda existe uma lacuna nos estudos no que se refere à avaliação da percepção dos usuários que registram e que certificam os relatórios financeiros acerca da complexidade envolvida nas operações financeiras.

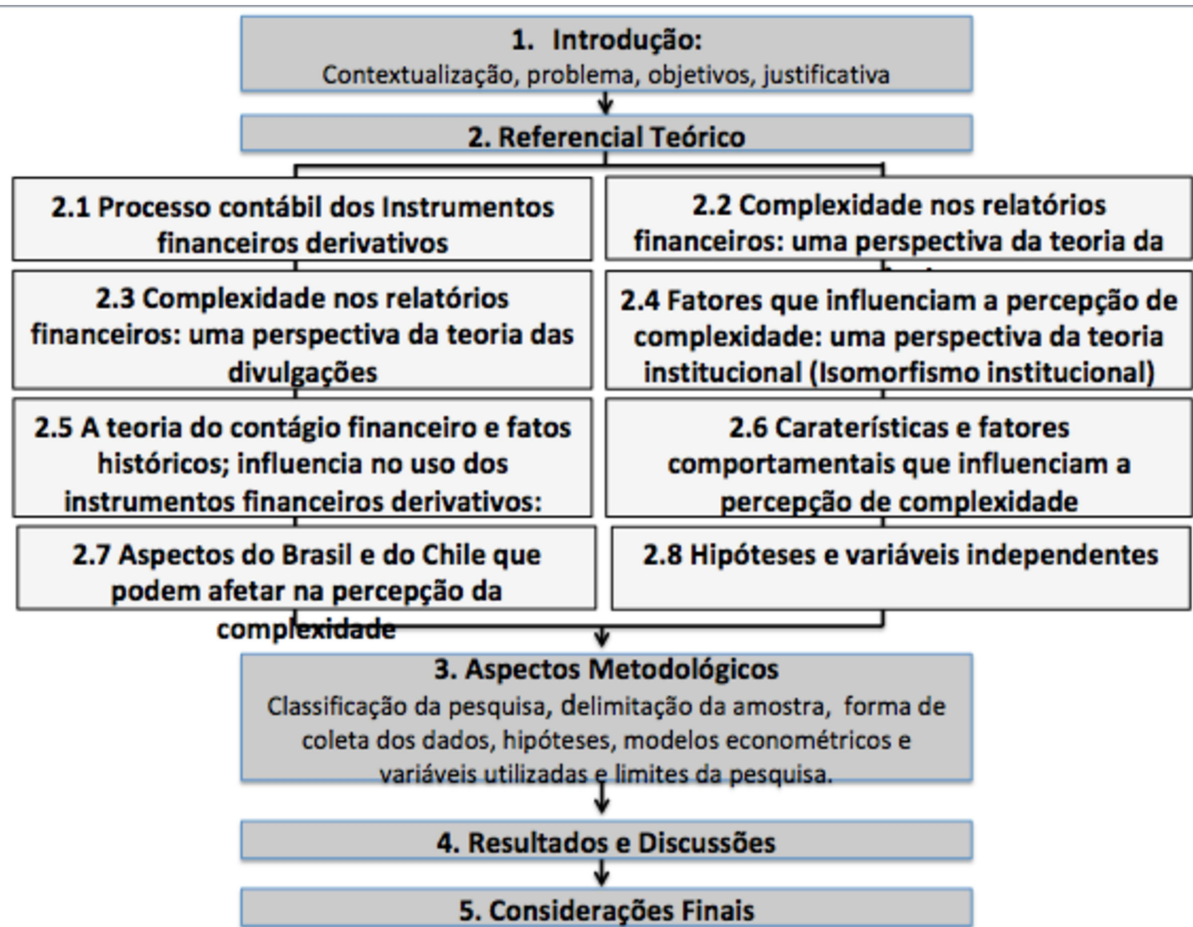
Finalmente, pelos motivos mencionados e pela relevância na utilização dos diferentes instrumentos financeiros, identificar algumas razões da denominação complexa pelo ponto de vista dos usuários que utilizam diretamente as normativas financeiras para os registros e certificação das operações; contribui: i) para o ensino deste conteúdo em sala de aula (nos cursos de graduação e pós-graduação); ii) para que os órgãos reguladores possam conhecer como contadores e auditores percebem a complexidade da contabilização de operações com derivativos; e iii) para que cursos de extensão universitária possam ser futuramente planejados em ambos os países.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

O *design* do estudo compreende, além dessa seção introdutória, mais quatro capítulos. O Capítulo 2 que contém a fundamentação teórica que busca esclarecer o conceito de percepção desde uma visão comportamental direcionado aos contadores que podem influenciar a percepção, introduzindo os conceitos do mercado financeiro. Analisam-se também as influências históricas de diferentes fatos, usando como base a teoria do contágio financeiro, destacando assim, a importância nesta seção do uso de derivativos. Além disso, são apresentados os tipos de isomorfismo institucional, onde identificam-se a pressão exercida por grupos especializados, na geração ou mudanças nas normativas. Ademais, com base na teoria da divulgação e agência, analisa-se como a percepção da complexidade pode afetar o nível de divulgações detalhadas e de qualidade dos relatórios financeiros.

No Capítulo 3, são apresentados os aspectos metodológicos, com descrição dos testes estatísticos utilizados, documentação das variáveis utilizadas, procedimentos de coleta de dados e seus procedimentos para tratamento e análise. No Capítulo 4, são apresentados os resultados, acompanhados de sua respectiva análise. Finalmente, são expostas as considerações finais do estudo. A Figura 1 apresenta visualmente a sequência dos aspectos abordados neste estudo.

**Figura 1** – Estrutura do trabalho.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados os tópicos a serem desenvolvidos na pesquisa, os quais contemplam aspectos da teoria da agência, da divulgação, o isomorfismo institucional, o contágio financeiro e uma abordagem comportamental da complexidade. Mediante conceitos da teoria da divulgação e de agência, busca-se justificar a importância de conhecimento das normas contábeis relacionadas aos instrumentos financeiros e seu potencial impacto nos custos da agência devido à complexidade.

Por meio do aprofundamento do isomorfismo institucional, busca-se demonstrar que as pressões de grupos especializados podem influenciar mudanças das regulações, além disso, procura-se evidenciar também como os efeitos no profissionalismo na área podem afetar a percepção de complexidade dos contadores. A teoria do contágio financeiro justifica a utilização dos instrumentos derivativos e não derivativos, destacando fatos históricos e contingentes que acrescentam as necessidades de implementação de estratégias de coberturas, sendo importante destacar que a contratação dos instrumentos é realizada pela gestão da empresa, mas cabe à contabilidade mostrar para o seu usuário como será gerado/consumido caixa nessas operações. Finalmente, a visão comportamental refere-se aos fatores que podem influenciar algumas variáveis na percepção dos contadores acerca da complexidade dos diferentes instrumentos financeiros derivativos e “*hedge accounting*”.

### 2.1 Processo contábil dos Instrumentos financeiros derivativos

Constantes mudanças nas regulações relacionadas aos instrumentos financeiros vêm sendo aplicadas paulatinamente com o passar dos anos (HUANG; GAO, 2014; IASB, 2016), em resposta a diferentes comentários dos usuários da informação financeira, além de diferentes pressões isomórficas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MARÍN-IDÁRRAGA, 2013; MAROUN; ZIJIL, 2015; NURUNNABI, 2017). Por um lado, o conteúdo referente às divulgações, desde uma versão de IAS 32: *Financial Instruments: Presentation* emitida em 2001, sem considerar anteriores modificações, até a IFRS 7: *Financial Instruments: Disclosures*, a qual foi emitida em 2005, que trasladou requerimentos das divulgações da IAS 32 e revogou a IAS 30, mencionando, nas razões de emissão, uma eliminação de duplicação da informação entre as normas vigentes nesses anos e simplificação de conceitos relacionados aos riscos (HUANG; GAO, 2014; IASB, 2016).

Por outro lado, o conteúdo relacionado à mensuração e reconhecimento, a IAS 39: *Financial Instruments: Recognition and Measurement* está sendo modificada pela IFRS 9: *Financial Instruments*, sendo totalmente obrigatória em 2018; assim, esta normativa também

considera uma redução na complexidade dos conceitos, atendendo aos requerimentos dos diferentes usuários da informação (HUANG; GAO, 2014; IASB, 2016). Contudo, além da mesma normativa que sinaliza razões das mudanças, estudos anteriores referem-se a diferentes mudanças ou razões que motivaram as novas normas. O Quadro 1 apresenta um resumo de alguns estudos realizados, onde destacam-se os efeitos mencionados.

**Quadro 1-** Evolução das normativas de instrumentos financeiros derivativos, uma revisão de estudos anteriores:

<b>Efeitos mencionados</b>	<b>Principais Mudanças</b>	<b>Normativa relacionada</b>	<b>Autores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressão das transações comerciais e o rápido desenvolvimento do mercado internacional.</li> <li>- Aumentos na demanda por informações mais relevantes e maior transparência na divulgação de relatórios financeiros</li> <li>- A exposição ao risco de instrumentos financeiros e a forma como eles estão sendo gerenciados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informação que permite aos usuários avaliar a natureza das transações,</li> <li>- Melhoramento do alcance dos riscos e</li> <li>- Relevância dos instrumentos financeiros para a posição financeira da entidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IFRS 7</li> </ul>	Adznan e Nelson, (2014)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prevalência da importância dos instrumentos financeiros derivativos para as empresas e da sua associação regular com os escândalos financeiros,</li> <li>- As empresas consideram notoriamente complexas as práticas de gestão de risco, os saldos de fim de período e o desempenho do período relacionado a derivativos.</li> <li>- Crescente preocupação com a prática nas divulgações e diminuição do valor da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enfoque na informação quantitativa</li> <li>- Foco no setor bancário.</li> <li>- Percepção de falta de informação das estratégias de gestão de risco e riscos da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAS 39</li> <li>- IFRS 7</li> </ul>	Bean e Irvine, (2015)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intentos dos reguladores de estabelecer níveis mínimos de informação relacionada aos instrumentos financeiros devido a casos de empresas relutantes em publicar informações sobre o uso destes de forma voluntária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de informações sobre a importância dos instrumentos financeiros para a posição financeira e desempenho da empresa.</li> <li>- Fornecimento de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAS 30</li> <li>- IAS 32</li> <li>- IFRS 7</li> </ul>	Tahat <i>et al.</i> , (2016)

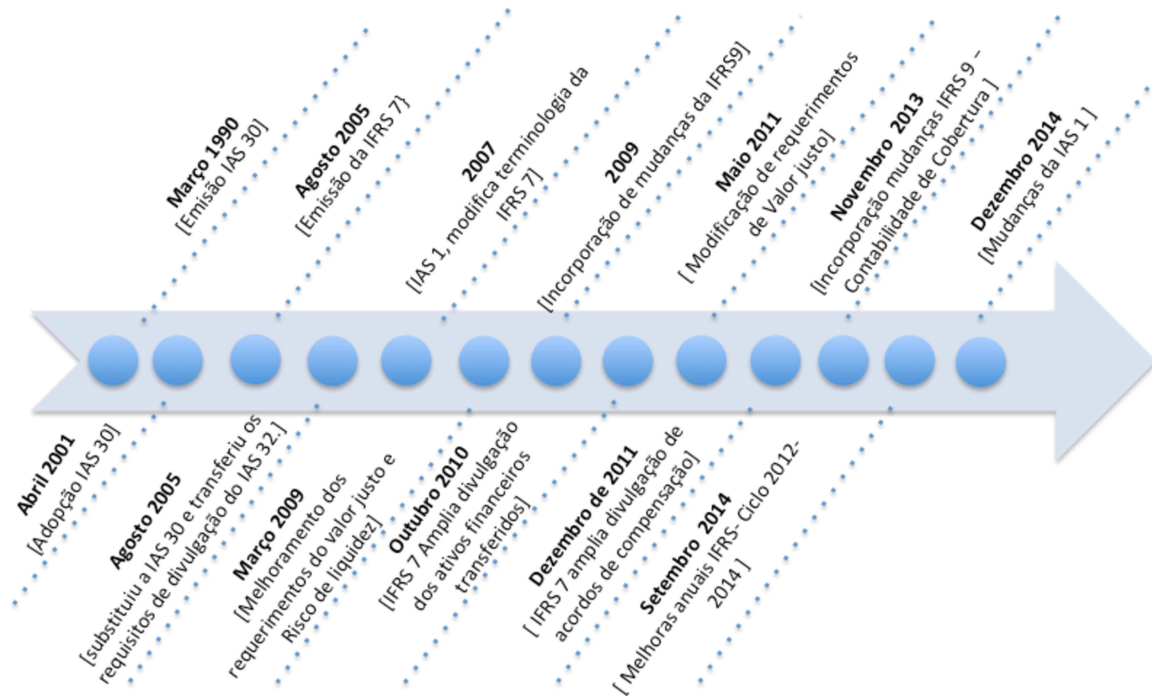
	informações sobre riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros.		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Críticas da IAS 39 pelo alto uso de valor justo e impulsados pela crise 2008 onde podem comparar efeitos do uso do custo amortizado na contabilização dos instrumentos financeiros.</li> <li>- Crises financeira que destacou o uso do modelo de perdas incorridas no deterioro do valor.</li> <li>- Críticas ao modelo de IAS 39 para o reconhecimento de perdas creditícias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na adoção do modelo de perdas esperadas.</li> <li>- Importância a reconhecimento de perdas creditícias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAS 39</li> <li>- IFRS 9</li> </ul>	Camfferman, (2015)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pressões dos líderes mundiais G20 para melhoras na IAS 39</li> <li>- Complexidade normativa, apoiada por estudos acadêmicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição do grau de informação assimétrica.</li> <li>- Redução da complexidade de alguns conceitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAS 39</li> <li>- IFRS 9</li> </ul>	Onali e Ginesti, (2014)

Fonte: Elaboração própria (2017).

Considerando as diferentes pressões ou razões expostas pelos autores, além dos efeitos e características das novas normativas relacionadas aos instrumentos financeiros, é necessário expor um breve resumo da evolução sinalizada nas normativas, com a finalidade de auxiliar o entendimento dos objetivos da pesquisa e da ferramenta utilizada, uma vez que a pesquisa considera conceitos extraídos diretamente das normativas. As Figuras 2 e 3 apresentam uma série cronológica dos principais fatos das normativas dos instrumentos financeiros, exposta pelo IASB.

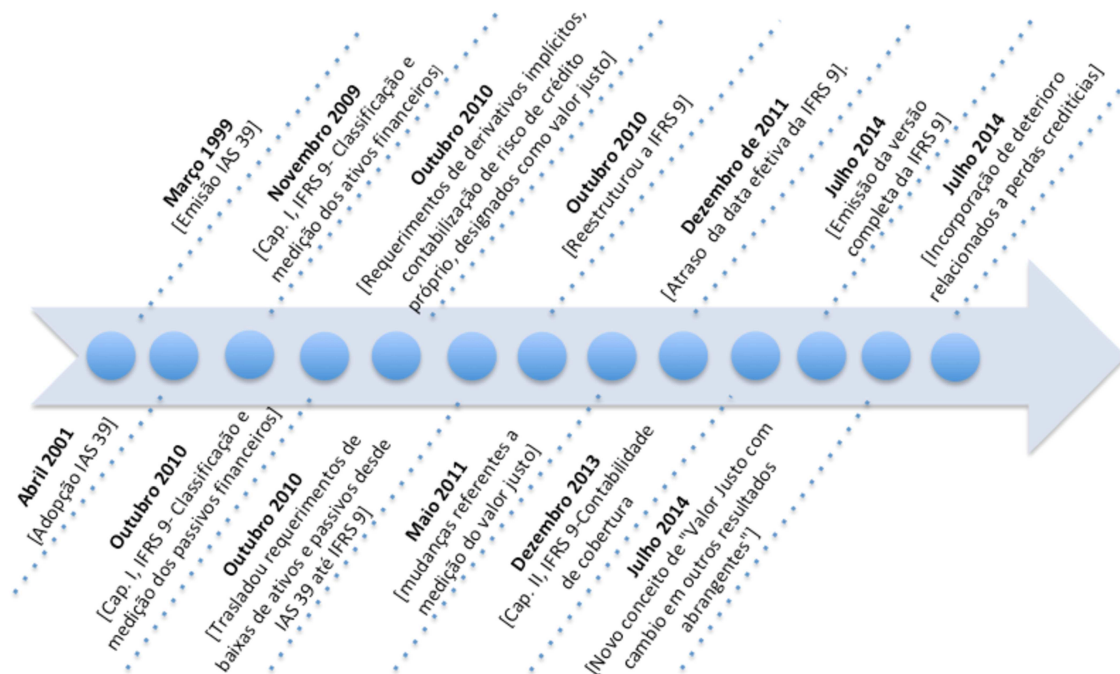
Ao observar as figuras, identificam-se diferentes conceitos relacionados à gestão de risco, *disclosures*, variações na determinação do *fair value*, determinação de modelos de perdas estimadas e outros, que vem sendo estudados por diferentes autores. Alguns deles são considerados na construção do referencial teórico desta pesquisa.

**Figura 2-** Evolução da normativa IAS 30 – IFRS 7



Fonte: Elaboração própria baseado em IASB (2016)

**Figura 3-** Evolução da normativa IAS 39 – IFRS 9



Fonte: Elaboração própria baseado em IASB (2016)

## 2.2 Complexidade nos relatórios financeiros: uma perspectiva da teoria da agência

Primeiramente, é importante mencionar o processo contábil mediante a identificação dos fatos econômicos, sua mensuração, registro, sumarização e posterior comunicação por meio dos relatórios que fornecem informações sobre a situação patrimonial, financeira e resultados das entidades para serem utilizadas no processo decisório, tanto de usuários internos como usuários externos às entidades (RIBEIRO FILHO *et al.*, 2009). Mediante a relação da agência, onde o principal contrata o agente com o objetivo de realizar algum serviço em seu nome, o que envolve a delegação de alguma autoridade de decisão ao agente (JENSEN; MECKLING, 1976; LOPES; MARTINS, 2005; SUNDER, 2014) é que o contador, objeto principal desta pesquisa, tem uma participação, mas como uma terceira pessoa, onde cumpre um papel de monitor do agente e geração de reportes de informação para o principal, recebendo pelos serviços uma taxa de remuneração (CHRISTENSEN; FELTHAM, 2005).

Os esforços cooperativos que envolvem as relações de agência geram a necessidade de custos de agência, geralmente relacionados com os contratos como compensações gerenciais e convênios de dívidas, os quais a contabilidade ajuda na mitigação deles (JENSEN; MECKLING, 1976; WATTS; ZIMMERMAN, 1986; FIELDS *et al.*, 2001). Tem-se, assim, a importância da contabilidade no cenário da teoria de agência, com ferramentas por meio das quais os gerentes divulgam informações confidenciais mediante diferentes escolhas do método contábil e reguladas por normativas. Finalmente, a regulamentação da contabilidade afeta a qualidade e a quantidade de divulgações financeiras mediante o *disclosure*, que, por sua vez, tem implicações de assistência e políticas na presença de externalidades (FIELDS *et al.*, 2001).

Considerando os parágrafos anteriores, identificam-se que efeitos relacionadas com a complexidade nas normativas (expostos no Quadro 1) podem gerar aumentos nos custos de agência relacionados aos contratos entre o principal e o agente, devido à necessidade de contratar padrões maiores de experiência ou especialização dos responsáveis pela geração de relatórios internos, divulgação e certificação das demonstrações financeiras (JENSEN; MECKLING, 1976; FIELDS *et al.*, 2001). Isso também se estende à contratação de consultores, porque a gerência não necessariamente possui os conhecimentos necessários para realizar estimativas complexas de forma interna (BRATTEN *et al.*, 2016). Nesse cenário, o IASB (2016) expõe que a complexidade decorre da compreensão, aplicação e interpretação da normativa de instrumentos financeiros, além da ambiguidade na linguagem que regula tais instrumentos (CAMFFERMAN, 2015; CHANG *et al.*, 2016). Para compreender os principais

conceitos e indícios de complexidade associados a eles, é apresentado o Quadro 2, extraindo das normativas IFRS os conceitos com indícios de complexidades extraídos de estudos anteriores, os quais são úteis na discussão da pesquisa.

**Quadro 2** - Principais definições e indícios de complexidades associados.

Conceito	Definição da normativa	Indícios de complexidades	Autores
Instrumento financeiro	Baseado no conceito da IAS 32, é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade (IASB, 2012a).	O mesmo regulador menciona a complexidade da normativa relacionada aos instrumentos financeiros, sejam na compreensão, aplicação e interpretação da normativa, assim também se mencionam denominação da normativa mencionada como complexa.	- IASB (2016), - Guay <i>et al.</i> (2016); - Camfferman, (2015); - Tessema, (2016).
		Estudo sinaliza o <i>disclosure</i> dos instrumentos financeiros como complexo, sinalizando também, que são inacessíveis e difíceis de entender.	- Johansen e Plenborg (2013).
Instrumento financeiro derivativo	Segundo o exposto na IFRS 9, os instrumentos financeiros derivativos criam direitos e obrigações que têm o efeito de transferir, entre as partes do instrumento, um ou mais dos riscos financeiros inerentes em um instrumento financeiro primário subjacente (...) Um instrumento financeiro ou outro contrato dentro do alcance desta IFRS, que possua todas as três características a seguir:	Estudos denominam estes instrumentos financeiros como instrumentos complexos, porém os estudos não apresentam maiores detalhes relacionados da denominação.	- Taylor <i>et al.</i> (2008); - Birt, Rankin e Song (2013); - Prorokowski (2013); - Camfferman (2015); - Khumahuala <i>et al.</i> (2016).
		Estudo menciona complexidade econômica, com efeitos na contabilização e o respectivo <i>disclosures</i> , envolvendo, ainda, contratos com terminologia complexa e ambígua.	- Huang e Gao (2014); - Chang <i>et al.</i> (2016).
		Determinação dos modelos de perda, principalmente relacionado aos modelos de perdas estimadas e modelos de perdas incorridas ( <i>Impairment</i> ).	- Camfferman (2015); - Novotny-Farkas (2016).

	a) Seu valor se modifica em resposta à mudança em uma determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de commodity, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável (algumas vezes denominada “subjacente”), desde que, no caso de uma variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato; b) Não exige nenhum investimento líquido inicial ou um investimento líquido inicial que seja menor do que seria necessário para outros tipos de contratos que se esperaria tivessem uma resposta similar a mudanças nos fatores de mercado. c) Seja liquidado em uma data futura (IASB, 2012b).	No ambiente FASB, porém relacionada também à regulação dos instrumentos financeiros derivativos, autores mencionam complexidade e alto custo de implementação.	- Kawaller (2004); - Huang e Gao (2014); - Zhang (2009).
		Estudo menciona que a medida que as avaliações e os riscos financeiros continuam a crescer em complexidade, provavelmente se tornará mais difícil de alcançar ao se tornar um componente ainda mais crítico da regulação.	- Dorminey e Apostolou (2012).
		Estudo menciona complexidade relacionada aos <i>disclosures</i> na relação à gestão de riscos financeiros, incluindo identificação de riscos, medição, monitoramento e mecanismos de controle interno.	- Taylor <i>et al.</i> (2008); - Bratten <i>et al.</i> (2016).
		Estudos mencionam complexidade existente na determinação dos valores justos “ <i>Fair values</i> ”, mencionando as empresas envolvem consultores de avaliação externa para estimar os valores justos da opção de estoque e outras estimativas complexas porque a gerência não possui os conhecimentos necessários para realizar essas estimativas internamente.	- Dorminey e Apostolou (2012); - Bratten <i>et al.</i> (2016).
		O estudo menciona que a precificação de derivativos financeiros requer modelos matemáticos complexos, e os conceitos utilizados, nem sempre são usuais para os profissionais da contabilidade.	- De Zen <i>et al.</i> , (2006).
Instrumento de cobertura ( <i>hedging</i> )	Considerando o conceito da IAS 39, um derivativo designado ou (para uma cobertura do risco de mudanças em taxas de câmbio apenas) um ativo financeiro ou passivo financeiro não derivativo designado,	O autor menciona as abordagens de gestão de riscos, além de <i>hedge</i> com derivativos, são extremamente difíceis de medir porque as medidas aplicadas diferem de empresa para empresa e não há obrigação de relatório.	- Lievenbrück e Schmid (2014).
		Na pesquisa é mencionada o caso PETROBRAS, onde são identificados problemáticas em diferentes itens, gerando	Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2017).

	cujo valor justo ou fluxos de caixa se espera que compensem mudanças no valor justo ou fluxos de caixa de um item protegido designado (IASB, 2012b; IASB, 2015).	inconsistências de registros.	
		O estudo menciona uma das motivações para pesquisar o assunto é uma discussão pública sobre as questões de transparência associadas ao relatório financeiro de operações complexas de hedge de derivativos.	- Dorminey e Apostolou (2012); - Guay <i>et al.</i> (2016).
		As dificuldades de se provar a finalidade do <i>hedge e hedge</i> embutido na utilização de um instrumento financeiro ao considerar o subjetivismo na mensuração.	- De Zen <i>et al.</i> , (2006).
		A complexidade operacional dos procedimentos econométricos utilizados para determinação da eficácia do <i>hedge</i> , além da complexidade da normativa de forma geral.	- Lopes; Dos Santos (2003).

Fonte: Elaboração própria (2017) baseado em IASB (2012a, p. 7- 8 -23; 2012 b, p. 6-7; 2015, p.35).

Continuando com a importância da contabilidade ressaltada pelos autores Fields, Lys e Vincent (2001) dentro desta teoria, mediante o *disclosure* fornecido pela contabilidade os gerentes divulgam informações sobre diferentes escolhas do método contábil, além disso, a qualidade e quantidade são influenciadas pelas regulações existentes. A complexidade começa a ser percebida pelos investidores somente pelo fato do produto final da contabilidade ser informação, a qual poderá ser utilizada e percebida de diferentes formas pelos investidores (SCOTT, 2009). Esta situação gera a assimetria de informação, geralmente associada à relação entre gerentes (melhor informados) e investidores (menos bem informados) (FIELDS *et al.*, 2001), associados a conceitos de riscos moral ou seleção adversa (SCOTT, 2009), destacando-se também o papel dos auditores externos como controle e monitoramento, por meio do qual os investidores procuram reduzir o risco de seleção adversa (LIM *et al.*, 2017).

A alta qualidade da informação contábil deverá melhorar as decisões de investimento das empresas atuando através de dois canais segundo sinalizado por Houcine e Kolsi (2017), destacando, por um lado, o alívio das assimetrias de informações entre as empresas e os fornecedores de capital, que em efeito pode ajudar a atrair investidores; por outro lado, redução dos incentivos dos gerentes para investir em investimentos destruidores de valor. Contudo, um item complexo pode ser mal divulgado não por intenções, mas por sua dificuldade de esclarecer o evento (GUAY *et al.*, 2016). O estudo de Li (2008) apresenta uma

relação negativa entre complexidade e desempenho da empresa, devido ao comportamento oportunista dos gestores que buscam ocultar informações adversas aos investidores com base na complexidade dos relatórios financeiros.

Em linha com o anterior, diferentes estudos documentam descumprimentos ou cumprimentos parciais dos requisitos obrigatórios exigidos pelas normativas contábeis, mediante utilização de um *disclosure index* relacionado aos instrumentos financeiros (LOPES; RODRIGUES, 2007; MALAQUIAS; LEMES, 2013; ADZNAN; NELSON, 2014, MALAQUIAS; ZAMBRA, 2017). Nesse sentido, podem-se perceber possíveis problemas de agência relacionados à assimetria da informação gerada por fatores comportamentais, direitos e características dos participantes no registro, certificação e análise da informação financeira com uma possível influência nos resultados de tais estudos (FIELDS *et al.*, 2001; CHRISTENSEN; FELTHAM, 2005; LOPES; MARTINS, 2005; SCOTT, 2009; SUNDER, 2014). Estas lacunas poderiam ser explicadas, também, pela complexidade no detalhamento de informação conforme a estudos anteriores (TAYLOR *et al.*, 2008; JOHANSEN; PLENBORG, 2013; BRATTEN *et al.*, 2016).

Considerando a complexidade da normativa regulatória dos instrumentos financeiros exposta por estudos anteriores (KAWALLER, 2004; DE ZEN *et al.*, (2006); ZHANG, 2009; HUANG; GAO, 2014; CAMFFERMAN, 2015; GUAY *et al.*, 2016; TESSEMA, 2016) e que a qualidade e quantidade de informação gerada é influenciada pelas regulações existentes (FIELDS *et al.*, 2001), os efeitos da complexidade relacionada é de interesse para diferentes estudos e para os reguladores contábeis. O mesmo IASB (2016), que em conjunto com FASB, trabalhou para atender as expectativas dos diferentes usuários das demonstrações financeiras e outras partes interessadas que expressavam complexidade na normativa. Desta forma, a IAS 39 está sendo substituída pela IFRS 9, de forma gradual, com o objetivo de diminuir a complexidade existente, o que poderia significar redução nos custos de agência mencionados anteriormente. O processo foi dividido em três etapas: I) classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, II) metodologia *impairment* e III) contabilidade de coberturas (IASB, 2016); no entanto, as discussões de complexidade ainda continuam gerando novos estudos que discutem dificuldades existentes em modelos de *impairment* na gestão de risco (CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-FARKAS, 2016).

Finalmente a normativa de instrumentos financeiros e as mudanças mencionadas no parágrafo anterior abrangem a *hedge accounting*, uma escolha contábil cujo conceito refere-se à seleção dos gestores por um ou mais métodos contábeis em detrimento de outros (WATTS, 1992). Esta escolha contábil é utilizada para fortalecer as estratégias de coberturas nas

empresas mediante a utilização de instrumentos financeiros derivativos (GUAY *et al*, 2016), no entanto, a gestão de riscos e planos estratégicos relacionados podem implicar em complexidades nos conceitos. A título de exemplo, cita-se o caso ocorrido na Petrobras em 2014/2015 no Brasil, onde expõe mediante o Ofício no 30/2017 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), diferentes situações de inconsistência com a essência econômica das escolhas contábeis em “*hedge accounting*”, nas quais evidenciam problemas nos testes de efetividade, na relação de *hedge*, entre outros, toda regulada na CPC 38 Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração (CVM, 2017). Assim, no mesmo documento, expressa-se a republicação dos demonstrativos contábeis como sansão ao anteriormente exposto, ficando como possíveis interpretações a possibilidade de gerenciamento de resultados por parte da companhia, problemas de assimetria de informação e certificação contábeis, implicando diferentes efeitos, tanto qualitativos como quantitativos.

### **2.3 Complexidade nos relatórios financeiros: uma perspectiva da teoria da divulgação**

Como ponto de partida na explicação da teoria, é importante destacar que as divulgações corporativas abrangem uma grande variedade de informações e abordam várias razões e dinâmicas para fornecer essa informação, onde também as informações financeiras incluem as divulgações obrigatórias exigidas pela lei e normativas contábeis e informações compartilhadas voluntariamente devido a pressões externas ou a tomada de decisão interna (ALBERTI-ALHTAYBAT *et al.*, 2012).

A seguir apresenta-se uma seção que aprofunda os conceitos de divulgações obrigatórias, com a finalidade de esclarecer exigências expostas nas normativas contábeis em termos de divulgação, os quais para efeitos desta pesquisa, estão regulados na IAS 32 e IFRS 7 e sua mensuração pela IAS 39 e IFRS 9. Por sua vez, é apresentada outra seção que aprofunda o conceito de divulgações voluntárias e alguns efeitos no mercado. Finalmente, são unidos os conceitos e aprofundadas algumas discussões relacionadas à teoria da divulgação.

#### **2.3.1 Divulgação Obrigatória**

Estudos as definem como divulgações exigidas, sejam por lei ou por normativa contábil, as quais podem mudar ao longo do tempo por diferentes fatores, por exemplo, aumentos nas preocupações de litígios, complexidade de negócios, globalização, regulamentação e novas divulgações obrigatórias (DYER *et al*, 2017). Nessa perspectiva, autores sinalizam complexidade relacionada aos requerimentos exigidos pelas normas

regulatórias dos instrumentos financeiros derivativos e do *fair value* (DYER *et al*, 2016; GUAY *et al*, 2016).

Os benefícios relacionados às divulgações obrigatórias são diversos, como desenvolvimento de mercados financeiros, benefícios aos investidores, por exemplo, na criação de novas oportunidades de investimento para suas economias, dentre outros benefícios sociais; no entanto, os regimes de divulgações obrigatórios têm custos associados ao desenho, implementação e monitoramento (LEUZ; WYSOCKI, 2008). Existem diferentes razões estudadas que justificam a regulação do *disclosure*: I) externalidades financeiras, II) externalidades reais, III) custos de agência e IV) economias de escala (BEYER *et al.*, 2010), que a sua vez podem afetar a complexidade.

### **2.3.2 Divulgação Voluntária**

As divulgações voluntárias formam parte integral das narrativas corporativas onde informações compartilhadas voluntariamente devido a pressões externas ou a tomada de decisão interna são expostas nos relatórios financeiros ou outros canais de divulgação de informação que as empresas possuam (ALBERTI-ALHTAYBAT *et al*, 2012).

Diferentes estudos documentam efeitos relacionados às divulgações voluntárias, por exemplo, a existência de novos requisitos de divulgação obrigatória aumenta os incentivos dos gerentes para divulgar voluntariamente mais informações para distinguir suas empresas no mercado de outras, a fim de aumentar seu valor de mercado de modo a aumentar a riqueza (ALBERTI-ALHTAYBAT *et al.*, 2012). Dyer *et al.* (2016) e Guay *et al.* (2016), interpretaram as divulgações voluntárias por partes do gerentes como resposta a entornos de informação complexa.

### **2.3.3 Discussões relacionadas à complexidades nas divulgações**

Uma vez abordados os tipos de divulgações, busca-se aprofundar nas discussões existentes, onde diferentes estudos coincidem ao mencionar que a teoria da divulgação carece de uma teoria única e precisa de explicações pertencentes a fundamentos de outras teorias (VERRECCHIA, 2001; SCHIPPER, 2007; LEUZ; WYSOCKI, 2008; BEYER *et al.*, 2010; BEATTIE; SMITH, 2012; ALBERTI-ALHTAYBAT *et al.*, 2012). Por um lado, autores destacam ainda características das outras teorias não são capazes de sugerir o nível final de divulgação financeira, também não podem explicar por que as empresas cumprem a regulamentação em diferentes níveis, tampouco podem explicar por que as empresas fornecem informações voluntariamente e por que as empresas que operam em um país com

um alto nível de requisitos contábeis ainda divulgam informações adicionais de forma voluntária (ALBERTI-ALHTAYBAT *et al.*, 2012).

Por outro lado, autores baseados em diferentes teorias documentam alguns efeitos nas divulgações, no entanto, nessa perspectiva as discussões podem ser divididas em duas correntes: I) as que aceitam que a divulgação prolongada e tecnicamente complexa é benéfica e II) as que sinalizam que as divulgações com as mesmas características podem dificultar o entendimento e opacar informações importantes (NAVARRO-GARCÍA; BASTIDA, 2010; DYER *et al.*, 2016). Por exemplo, Verrecchia (2001), menciona que os incentivos para divulgar voluntariamente informações podem ser explicados em termos de uma variedade de teorias econômicas e gerenciais, cada uma das quais se concentra em um aspecto diferente do comportamento corporativo. Li (2008) e Guay *et al.* (2016), documentam uma relação positiva entre complexidade dos relatórios financeiros e divulgações voluntárias como medida de mitigação de entornos negativos de informação.

Considerando o exposto por Urquiza, Navarro e Trombetta (2010), diferentes resultados na mensuração das divulgações são efeitos de diferentes critérios na construção do *disclosure index*. Desta forma, autores baseiam-se nas normativas IFRS; nesta pesquisa, são considerados especificamente os estudos baseados nos requerimentos dos instrumentos financeiros (LOPES; RODRIGUES, 2007; MALAQUIAS; LEMES, 2013; ADZNAN; NELSON, 2014; MALAQUIAS; ZAMBRA, 2017). Tendo como base o argumento de que o detalhamento de informação reduz a assimetria da informação, assim também pode-se interpretar que se os investidores possuem capacidade de processamento ilimitada, a divulgação extensas e tecnicamente complexa é benéfica (DYER *et al.*, 2016).

Estudos baseados na relevância e eficiência da informação, orientam sua abordagem no “*disclosure overload*”, ao se referir às divulgações com informações redundantes (MELLONI *et al.*, 2017), onde o pressuposto subjacente é que muitos investidores não possuem capacidade de processamento e divulgação ilimitadas que são complexas e extensas, podendo assim ofuscar informações importantes (DYER *et al.*, 2016). Nesse cenário, fatores como a complexidade normativa podem afetar o detalhamento da informação, orientado a uma visão de sobrecarga de informação baseado no cumprimento normativo e perdendo a finalidade de proporcionar informação útil para o processo de tomada de decisões (DYER *et al.*, 2017), consequentemente com efeitos nos custos de processamento da informação, dependendo do tamanho dos investidores (MILLER, 2010). No Quadro 3 apresenta-se um resumo de estudos que avaliam a informação das divulgações considerando a complexidade como variável.

**Quadro 3** – Complexidade nos *disclosures*

Complexidades	Tipo de Relação	Interpretação	Autores
Complexidade nas divulgações dos relatórios anuais (propriedades léxicas das divulgações corporativas) e comportamento gerencial.	+	Os resultados sugerem que os gerentes podem aproveitar a complexidade dos relatórios anuais para ocultar informações adversas aos investidores.	- Li (2008)
Complexidade dos relatórios financeiros (mais extensos e menos legíveis) e comportamento comercial dos investidores	-	A menor negociação é impulsionada pela variação transversal nos atributos de divulgação das empresas e variações na complexidade da divulgação ao longo do tempo.	- Miller (2010)
Complexidade das demonstrações financeiras (Caraterísticas negativas da informação como redundância) e: ○ Características pessoais que interagem para influenciar as participações individuais. ○ Participações e retornos de pessoas.	-  -	- As relações documentadas são menos pronunciadas para os investidores individuais de maior conhecimento financeiro.  - Relação positiva dos retornos e divulgações mais claras e concisas, porque podem reduzir a desvantagem da informação relativa dos indivíduos.	- Lawrence (2013)
Complexidade das demonstrações financeiras e os custos de processamento de informações associados (mudanças nos requisitos de divulgação relacionados à contabilização, derivativos e hedge de valor justo).	+ (Divulgações voluntárias)	Gerentes trocam vários meios de divulgação na tentativa de alcançar um ótimo ambiente de informação.	- Guay <i>et al.</i> (2016) -Dyer <i>et al.</i> (2016)
Complexidade das demonstrações financeiras (Caraterísticas negativas da informação como redundância) e qualidade da informação.	-	O tamanho das divulgações aumentou dramaticamente e essa tendência não pode ser explicada por mudanças nas características observáveis de nível de empresa da literatura.	- Dyer <i>et al.</i> (2017)

Fonte: Elaboração própria (2017).

## **2.4 Fatores que influenciam a percepção de complexidade: uma perspectiva da teoria institucional (Isomorfismo institucional)**

Como foi mencionado na seção introdutória, diferentes fatores ambientais, sociais, econômicos ou políticos podem afetar as organizações, as quais, por sua vez, competem não apenas por recursos e clientes, mas também por poder político e legitimidade institucional. O conceito de isomorfismo institucional é uma ferramenta útil para a compreensão da política e características da vida organizacional moderna (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MARÍN-IDÁRRAGA, 2013; MAROUN; ZIJIL, 2015; NURUNNABI, 2017), contexto onde é aplicada a atual pesquisa.

Apesar dos esforços para melhorar a regulamentação dos mercados financeiros, a complexidade dos entornos, incluindo a complexidade normativa, a subjetividade envolvida na implementação de novas normativas e sua aplicação imprevisível pelos agentes são limitações inerentes na explicação da conduta corporativa. Desta forma, pode-se identificar algumas problemáticas existentes, obtidas de estudos anteriores, como: I) Os resultados esperados pelos reguladores acerca de novos pronunciamentos e interpretação ou aplicação prática, II) Os interesses políticos ou econômicos que podem ter os gerentes ou principais podem influenciar na aceitação e aplicação das regulações, III) Existência de resistência devido a avaliações individuais da relevância dos regulamentos ou influência de percepção de que as mudanças não reflitam a intenção no espírito da normativa (MAROUN; ZIJIL, 2015; NURUNNABI, 2017).

Por um lado, os processos de isomorfismo sugerem que uma organização tenha aderência às novas leis e regulamentos nos mercados que estão envolvidos; no contexto desta pesquisa, referem-se às IFRS. Por outro lado, os indivíduos (contadores), possuem diferentes características que podem influenciar quanto à forma como essas normativas são interpretadas e aplicadas, o que significa que a conformidade total não pode ser garantida e resultados inesperados são comuns (MAROUN; ZIJIL, 2015). Desta forma, mediante os conceitos desta teoria, busca-se aprofundar os objetivos da pesquisa, orientados a fatores que podem influenciar a percepção.

Diferentes autores documentam o funcionamento dos tipos de isomorfismo e como estes impulsionam o cumprimento das normas IFRS (KAYA; KOCH, 2015; MAROUN; ZIJIL, 2015; NURUNNABI, 2015; NURUNNABI, 2017). Assim, ressalta-se a visão de que a evolução da contabilidade não é apenas um processo técnico preocupado com o atendimento das necessidades de informação homogêneas dos investidores, onde a importância é produto do contexto social e institucional predominante e a necessidade de garantir a legitimidade

(MAROUN; ZIJIL, 2015). A seguir apresentam-se os tipos de isomorfismo, posteriormente resumidos os principais tópicos dos conceitos no Quadro 4, evidenciando também sua influência na pesquisa desenvolvida.

#### **2.4.1 Isomorfismo coercitivo**

O termo refere-se às pressões formais e informais exercidas sobre uma organização ou sobre a competência que inclui um impulso para atender às expectativas da sociedade (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MARÍN-IDÁRRAGA, 2013; MAROUN; ZIJIL, 2015). Esse tipo de isomorfismo também é definido em estudos como referência à semelhança dentro de uma população de organizações, que é uma resposta à influência política e/ou uma busca pela legitimidade organizacional (NURUNNABI, 2017). Referente especificamente ao processo de harmonização das normativas IFRS na América Latina, Carneiro *et al.* (2017), sinalizam que o fato da aplicação das normativas em diferentes países já é um exemplo claro de isomorfismo coercitivo, onde ambos países da pesquisa adotaram em datas próximas estas normativas contábeis.

#### **2.4.2 Isomorfismo mimético**

Refere-se à tendência das organizações a imitar outros de seu próprio campo organizacional, com objetivos variados, dentre as quais destacam-se a redução de riscos, redução de incerteza nos processos, busca credibilidade replicando ações, busca de estruturas e representações simbólicas das entidades mais bem-sucedidas, algo semelhante à técnica de benchmarking (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MARÍN-IDÁRRAGA, 2013; MAROUN; ZIJIL, 2015; NURUNNABI, 2017). Do mesmo modo que a definição anterior, o fato de as empresas optarem pela adoção voluntária das IFRS por razões competitivas e para obter legitimidade (CARNEIRO *et al.*, 2017) pode ser um indício de isomorfismo mimético.

#### **2.4.3 Isomorfismo normativo**

O conceito faz referência à existência de profissionais ou ocupações que tendem a definir condições para controlar a atividade das organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MARÍN-IDÁRRAGA, 2013). Assim, Nurunnabi (2017) indica que, se em uma determinada indústria existe uma maior profissionalização, pode-se esperar uma maior homogeneidade entre as características organizacionais como resultado de diferentes fatores, entre os quais menciona a transferência de pessoal, treinamento padronizado e educação de trabalhadores. Nesse contexto, as reivindicações de um repositório de experiência ou conhecimento técnico,

por exemplo, podem ser uma poderosa fonte de credibilidade e um mecanismo de mudança de política isomórfica (MAROUN; ZIJIL, 2015).

O isomorfismo normativo pode ser visto na retórica de grandes empresas internacionais de contabilidade e auditoria (por exemplo, as *big 4*, variável considerada nesta pesquisa) que aconselham os clientes da empresa a adotar as IFRS; no ensino de IFRS em universidades; e na retórica das associações de contabilidade profissional nacionais e globais, no que se refere ao apoio à adoção de IFRS (CARNEIRO *et al.*, 2017).

**Quadro 4-** Tipos de isomorfismo

<b>Tipo de Isomorfismo</b>	<b>Definição</b>	<b>Relação na pesquisa</b>	<b>Autores</b>
1.- Coercitivo	Pressões formais e informais exercidas sobre uma organização, sejam outras organizações ou mesmo o ambiente cultural em que operam.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Harmonização das IFRS aplicável em ambos países analisados.</li> <li>- Pressões de partes interessadas e usuários da informação sobre o IASB, na diminuição de complexidade das normativas dos instrumentos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IASB, (2016);</li> <li>- Dimaggio; Powell, (1983);</li> <li>- Marín-Idárraga, (2013);</li> <li>- Maroun; Zijil, (2015);</li> <li>- Carneiro <i>et al.</i>, (2017);</li> <li>- Nurunnabi, (2017).</li> </ul>
2.- Mimético	Tendência a imitar outras pessoas de seu próprio campo organizacional, a reduzir o risco e a incerteza em seus processos (Semelhança com <i>benchmarking</i> )	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Harmonização das IFRS aplicável em ambos países analisados.</li> <li>- Uso de setores industriais específicos na pesquisa.</li> </ul>	
3.- Normativo	Faz referência à existência dos profissionais ou ocupações que tendem a definir condições para controlar a atividade das organizações.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O objeto de estudo são os contadores do Brasil e do Chile.</li> <li>- Os objetivos da pesquisa abrangem características do objeto de estudo, as quais podem-se interpretar com um relacionamento direto nesta teoria.</li> </ul>	

Fonte: Elaboração própria (2017).

Aprofundando nos tipos de isomorfismo, Maroun e Zijil (2015) sinalizam que as pressões coercitivas, normativas e miméticas, em conjunto, podem ser vistas como condução de conformidade com prescrições contabilísticas desenvolvidas pelo IASB; no entanto sob uma lógica de resistência dos usuários, as mudanças não são interpretadas e aplicadas automaticamente conforme o pretendido pelo regulador.

Por sua vez, Nurunnabi (2017) sugere que algumas pressões isomórficas institucionais são superiores às demais, sendo uma possibilidade que as normas institucionais venham a se diferenciar de país para país, que transcende a implementação das IFRS, situação que abrange um dos objetivos da pesquisa. O isomorfismo de alta qualidade só será possível se as instituições e os contextos forem semelhantes, assim, embora os países analisados nesta pesquisa possam ser classificados como latinos, as culturas, os contextos sociais e os comportamentos sociais da racionalidade diferem entre eles (CARNEIRO *et al.*, 2017).

## **2.5 A teoria do contágio financeiro e fatos históricos; influência no uso dos instrumentos financeiros derivativos**

Seguindo a lógica da teoria do contágio, diferentes fatos originados em algumas regiões geográficas específicas podem afetar alguma outra economia ou mercado financeiro (PROROKOWSKI, 2013). Desta forma, os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de cobertura dos riscos inerentes à operação da empresa, devido às características próprias destes instrumentos. A seguir, citam-se alguns estudos que aprofundam acontecimentos inerentes às operações das empresas, provocando efeitos nos resultados ou valorizações nas bolsas de valores, os quais são apresentados sob classificação de terrorismos, crises e políticos para um melhor entendimento. Posteriormente, é apresentado o Quadro 5, com o resumo dos estudos, considerando só o impacto econômico-financeiro deles.

### **2.5.1 Efeitos de contágio relacionados ao terrorismo**

Como exemplo do terrorismo, podem-se citar os estudos de Drakos (2004) e Carter e Simkins (2004), baseados no ataque terrorista no “*World Trade Center*” mensurando os impactos negativos no setor das companhias aéreas, causados pela volatilidade nos retornos das carteiras de investimentos que incorporam companhias do setor no seu portfólio, além dos rendimentos operacionais próprios da indústria. Por sua vez, Choundry (2005) e Essaddam e Karagianis (2014) evidenciaram outros efeitos causados pelo mesmo fato histórico, sendo ampliada a medição destes efeitos a outros setores industriais e a série temporal de mensuração respectivamente. Os resultados documentados são semelhantes aos estudos

mencionados, mas os efeitos da volatilidade dependem mais da empresa do que do setor, e acrescentam a propagação dos efeitos sob um conceito geopolítico.

### **2.5.2 Efeitos de contágio relacionados a crises**

Existem estudos que mensuram o efeito contágio, causado pelas crises financeiras, sendo de alta importância a crise *Subprime* ocorrida no 2007-2008 no Estados Unidos, causando efeito não apenas no país mencionado, se ampliando em nível mundial, (LONGSTAFF, 2010; YEAGER, 2011). Assim, há estudos que mensuram sua relação nas variações dos preços dos commodities, como também nos preços das divisas, causada pelo comportamento dos agentes que buscam refúgio em moedas denominadas fortes ou metais preciosos, e das empresas que avaliam reforços em estratégias de coberturas para fazer frente a estas situações (KARYOTIS; ALIJANI, 2016; SANTILLÁN *et al.*, 2016).

### **2.5.3 Efeitos de contágio relacionados à política**

Fatores políticos também são considerados como efeitos contingentes que tem efeitos em variações financeiras. Assim Arezki *et al.* (2014), avalia efeitos causados nas commodities após da liberalização das contas de capital no África do Sul, um dos principais extratores de ouro do mundo, observando uma relação positiva na sua influência. Assim também eventos evidenciados na mídia que sinalizam efeitos causados pelas eleições presidenciais dos Estados Unidos, refletindo em preços dos commodities e valorização do dólar, conforme pode-se observar nos dados do DIÁRIO FINANCEIRO de 2016.

Considerando os efeitos mencionados anteriormente, podem-se entender variações nos preços dos ativos, das commodities, das carteiras de investimentos; efeitos estes que podem ser explicados pela teoria do contágio financeiro. Os instrumentos financeiros derivativos apresentam significativa utilidade para fins de cobertura/proteção destes fatos inerentes às empresas (CHANG; DONOHOE; SOUGIANNIS, 2016). Assim, Chalmers e Godreei (2000) mencionam a utilização de derivativos como clara resposta às variações externas, não controladas pela empresa, acrescentando a importância destes instrumentos na gestão das empresas.

**Quadro 5 - Resumo de efeitos de contágio financeiro**

<b>Autor</b>		<b>Fator analisado</b>	<b>Efeito - Contágio Financeiro</b>
Terrorismo	Drakos (2004)	Terrorismo em Estados Unidos	Setor industrial aéreo
	Choudhry (2005)	Terrorismo em Estados Unidos	Setor industrial aéreo
	Essaddam; Karagianis (2014)	Terrorismo em América	Volatilidade de retornos de ações
Crise Financeiras	Longstaff (2010)	Crise financeira <i>subprime</i>	Crise mundial
	Yeager (2011)		
	Karyotis; Alijani (2016)	Crise financeira	Preços das commodities
Política	Arezki <i>et al.</i> (2014)	Fatores políticos	Preços das commodities
	Diario Financiero (2016)	Eleição Presidencial	Preços das commodities, Preços do dólar

Fonte: Elaboração própria (2016).

No cenário mencionado por Karyotis e Alijani (2016), onde fatores financeiros ou contingentes podem afetar ainda mais em comparação com fatores naturais da operação de alguns setores, a necessidade de implementação de políticas de cobertura é maior. Observando alguns instrumentos financeiros, principalmente os que abrangem os conceitos de derivativo, estes convertem-se em uma ferramenta oportuna para implementação de estratégias da empresa e ter uma cobertura de contingências do mercado (CHALMERS; GODREEI, 2000). No entanto, sua complexidade em diferentes âmbitos pode afetar a seleção, o registro e sua posterior divulgação, apresentando um efeito, mesmo que indireto, na qualidade da informação contábil divulgada aos usuários externos.

## **2.6 Características e fatores comportamentais que influenciam a percepção de complexidade**

O conceito da percepção deve ser abordado desde uma visão comportamental e psicológica, para o adequado entendimento de alguns fatores que podem influenciá-lo. Barat (2007) menciona a existência de diversas razões pelas quais a percepção é ou deve ser considerada nos estudos, dos quais destacam-se fatores relacionados à organização do conhecimento, elaboração de conceitos, relações e comunicações com os sistemas e o surgimento contínuo de pessoas com nenhum ou baixo nível de experiências que se

encontram em busca da percepção conceitual. Sob esta perspectiva, a atual pesquisa pode usar os argumentos expostos como uma contribuição teórica.

O termo “percepção” é entendido como um ato de tomada de conhecimento de dados sensoriais coincidindo na influência do mundo que nos rodeia e como eles influenciam nos resultados do manejo da informação. Assim são diferentes os fatores que podem influenciar na maneira de perceber a informação nos seres humanos, sendo os estados emocionais, os sentimentos e o ânimo que organizam a percepção. No mesmo sentido, a experiência prévia, a biografia pessoal, podem ser consideradas como fatores condicionais da percepção (CAPPONI, 1987).

Peter (2013) centra seus estudos nas influências de fatores físicos dos seres humanos, como a idade, a visão, a mobilidade, entre outras, para explicar fatores comportamentais, além de considerar uma série de vieses cognitivos. Assim, menciona que nas ciências sociais os estereótipos sociais, sobrecarga de informação e tecnologias influenciam em como os seres humanos percebem e interpretam situações ou matérias específicas.

Na atual pesquisa, posicionam-se algumas das características comportamentais ou físicas dos contadores, mencionadas pelos especialistas na área psicológica, agrupando as respostas especialmente por experiência de trabalho e vínculo com grandes empresas, de forma a buscar relação entre suas respostas. As variáveis pertencentes às análises comportamentais também são consideradas em estudos financeiros, por exemplo, citam-se Lievenbrück e Schmid (2014), que evidenciaram uma relação entre fatores culturais das organizações e o uso de instrumentos financeiros derivativos, existindo uma relação positiva entre as organizações em sociedades masculinas e uma relação negativa em empresa com uma cultura a longo prazo. Outro estudo (BEAN; IRVINE, 2015), capta a percepção de diferentes analistas financeiros acerca dos instrumentos financeiros derivativos, práticas de divulgação dos instrumentos financeiros e outros conceitos relacionados, mediante entrevista semiestruturadas, utilizando a experiência medida em anos, cargo que ocupa na instituição e setor específico de especialização financeira para agrupar aos entrevistados (BEAN; IRVINE, 2015). Tem-se também análises nas divulgações de instrumentos financeiros e análises de risco baseadas nas experiências dos analistas (CHANG *et al.*, 2016).

## **2.7 Aspectos do Brasil e do Chile que podem afetar na percepção**

Diferentes características dos países analisados, podem ter influência na percepção de determinado assunto. Contextualizando a pesquisa desenvolvida, com respeito à utilização dos instrumentos financeiros derivativos, ambos países possuem longas histórias de produção

e extração de commodities, setor documentado por estudos prévios com relação positiva no uso destes instrumentos (HASSAN *et al.*, 2006a; TAYLOR *et al.*, 2008; TAYLOR *et al.*, 2010; BIRT *et al.*, 2013; MALAQUIAS; ZAMBRA, 2017). No caso do Brasil, tem-se os minerais metálicos, borracha, café e a importância da extração de petróleo, onde a administração da empresa estatal PETROBRAS representa uma importante participação política na administração do setor. De forma equivalente, no Chile o setor da extração levou à consolidação do cobre como principal produto de exportação, posteriormente da dependência do trigo, nitrato e adubo, o que significou que a política nacional preocupava-se em encontrar formas de reduzir sua vulnerabilidade na volatilidade de preços. Desta forma, ambos países enfrentaram situações que implicaram semelhanças no setor da extração de minerais, além de mudanças de políticas em termos de gerenciamento e administração pública conforme os diferentes regimes políticos existentes (SINGH, 2014).

Embora os países da pesquisa (Brasil e Chile, ambos da América Latina) possam ser classificados como latinos, as culturas, os contextos sociais e os comportamentos sociais de racionalidade diferem entre eles (CARNEIRO *et al.*, 2017). Nesse cenário, diferentes são os fatores que se podem observar entre Brasil e Chile, iniciando-se pelo idioma. Segundo Zeff (2007) e Carneiro *et al.* (2017), a compreensão dos modelos contábeis anglo-americanos podem ter influência pela tradução, onde as palavras podem ser entendidas, mas o conceito pode não ser entendido, isso devido à baixa aplicação prévia harmonização. Assim, cabe o destaque de que as línguas oficiais são diferentes entre ambos países em análise.

Ainda no cenário de harmonização das IFRS, ambos países analisados na pesquisa são pertencentes ao *Group of Latin American Accounting Standards Setters* (GLASS), organismo incentivado pelo IASB e responsável pela harmonização contábil na América Latina, incentivando o isomorfismo normativo e mimético; no entanto, ambos países analisados tem diferenças na aplicação das normativas. Por uma lado, no Brasil, em 31 de dezembro de 2010 exigiu-se a aplicação das IFRS completas nas demonstrações financeiras consolidadas das empresas listadas. Por sua vez, no Chile, em 31 de dezembro de 2009 as principais empresas públicas registradas na Superintendência de Valores e Seguros (SVS) eram obrigadas a utilizar as IFRS, da mesma forma que os bancos e outras instituições financeiras reguladas pela Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras; esta última possuía algumas flexibilidades nas datas (CARNEIRO *et al.*, 2017). Considerando o exposto por Zeff (2007), fatores como a cultura regulatória do país, a cultura financeira ou de negócios, cultura contábil e de auditoria, podem significar variações no processo de harmonização. Portanto,

podem representar também uma variação na percepção das complexidades existentes nos conceitos avaliados.

Existem diferentes fatores que influenciaram a harmonização das IFRS na América Latina, dentre os quais se pode mencionar a complexidade técnica, barreiras culturais relativas ao modelo anglo-americano e uma potencial relutância de algumas universidades em abordar de maneira completa as normas IFRS. No estudo de Carneiro, Rodrigues e Craig (2007), é mencionada a situação do Brasil, evidenciando a relação entre a profissão contábil no país e o seu status social junto ao governo.

## 2.8 Hipóteses e variáveis independentes

Baseado nas teorias expostas e em diferentes estudos anteriores, estas variáveis formam consideradas para auxiliar na explicação de diferentes fatores relacionados com a pesquisa. A seguir serão desenvolvidas sete (7) hipóteses diferentes que podem afetar a percepção da complexidade acerca de diferentes conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos, além de outros conceitos regulados pela mesma normativa IFRS. No final desta seção, apresenta-se o Quadro 6 com a finalidade de resumir as variáveis desenvolvidas na pesquisa.

Variáveis como “tipo de auditor (*Big4*)” e “tamanho da empresa (*Size*)” já foram amplamente usados em diferentes estudos na área de contabilidade, argumentando principalmente as influências na redução da assimetria da informação (LOPES; RODRIGUES, 2007; HASSAN *et al.*, 2008; ALALI; ROMERO, 2012; Birt *et al.*, 2013; APPIAH *et al.*, 2016). Na mesma linha mencionada, além dos incentivos nas divulgações existentes em empresas amplamente reguladas, estudos anteriores abrangem as variáveis “governança corporativa (*Qualid/Tranp/Export*)”, “controle estrangeiro (*Estrang/Export*)” e “empresas listadas em bolsas estrangeiras (*Listada*)” (LOPES; RODRIGUES, 2007, MALAQUIAS; LEMES, 2013).

Finalmente, estudos anteriores também orientam-se na utilização dos instrumentos financeiros derivativos em setores específicos, destacando-se o setor da extração de minerais (HASSAN *et al.*, 2006a; TAYLOR *et al.*, 2008; TAYLOR *et al.*, 2010; BIRT *et al.*, 2013), assim também como estudos que exploram o uso e aplicação de normativas complexas, mediante a utilização da experiência de trabalho (*ExpMercado*) como variável (BEAN; IRVINE, 2015; KHUMAHUALA *et al.*, 2016). A seguir, cada uma destas variáveis é abordada com maiores detalhes.

### 2.8.1 Percepção da complexidade e atuação nas Big4 (tipo de auditor)

Considerando as características das principais empresas auditoras a nível mundial, autores evidenciam que as empresas de auditoria denominadas *Big four* possuem maior probabilidade de exigir altos níveis de divulgações das empresas que contratam seus serviços, bem como a aplicação de normas contábeis consideradas como complexas, com a finalidade de manter sua reputação e evitar custos que poderiam gerar as perdas desta imagem (LOPES; RODRIGUES, 2007; HASSAN *et al.*, 2008; ALALI; ROMERO, 2012, BIRT *et al.*, 2013; APPIAH *et al.*, 2016); sua reputação pode ser interpretada como marca, bem como pela especialização em indústrias específicas (CHALMER; GODFREY, 2004).

Por sua vez, Lopes e Rodrigues (2007) e Zango, Kamrdin e Ishak (2015) consideram como argumento que empresas de auditoria de alta qualidade tem um maior conhecimento das normativas IFRS, que pode reduzir os custos de implementação e auditoria em comparação com empresas de auditoria menores. Assim, um maior conhecimento é atribuível às experiências destas empresas e seus mecanismos para a divulgação do conhecimento dentro das mesmas (CHALMER; GODFREY, 2004). Um efeito que pode ser mencionado com relação às grandes companhias de auditoria é o aumento da probabilidade de melhorias nos controles internos das empresas e detecção de irregularidades normativas nas empresas que contratam os serviços das *Big four* (HODGDON *et al.*, 2009), assim também como melhoras na transparência da informação divulgada (ALALI; ROMERO, 2012).

Reunindo os argumentos mencionados, podem-se interpretar que profissionais com experiência de trabalho em uma *Big four* apresentam um maior conhecimento normativo, mediante a diferentes ferramentas proporcionadas pelas mesmas companhias com finalidade de manutenção de níveis de reputação; aliás, as exigências que devem exercer sobre seus clientes podem ser interpretadas como uma necessidade de construção do conhecimento normativo. Desta forma, a primeira variável incluída no modelo quantitativo é *Big four* (Big4), e a hipótese do estudo é:

**H<sub>1</sub>:** A atuação em empresas denominadas “*Big four*” altera a percepção de complexidade dos instrumentos financeiros derivativos.

### 2.8.2 Percepção da complexidade e efeito do tamanho das empresas em que tem atuação

Diversos são os fatores que podem justificar a influência do tamanho da empresa na redução da assimetria de informação mediante o detalhamento da informação. Pode-se mencionar como primeiro argumento a utilização de sistemas de informação superiores às

empresas de menor tamanho, consequentemente as divulgações adicionais podem ser feitas com menor custo (COOKE, 1989; LOPES; RODRIGUES, 2007; HASSAN *et al.*, 2008; MALAQUIAS; LEMES, 2013; MOHAMMADI; MARDINI, 2016; TAHAT *et al.*, 2016). As características operacionais da empresa, como multiprodutos, operações em diferentes espaços geográficos (incluindo o estrangeiro), aumentando a complexidade da consolidação da informação e sua vez aumentando a necessidade de fortalecimento dos sistemas de informação e qualificação dos profissionais que abrange tal situação (COOKE, 1989), podem também afetar o seu preparo para interagir com o nível de complexidade.

Por outro lado, argumentos sinalizam que as empresas de maior tamanho esperam aumentar a negociabilidade de seus valores mediante um maior detalhamento da informação em seus relatórios, não sinalizando uma maior preocupação por gerar uma desvantagem competitiva, como seria o caso de empresas de menor tamanho (MOHAMMADI; MARDINI, 2016). Por sua vez, Cooke (1989), Lopes e Rodrigues (2007), Hassan *et al.* (2008) e Alali e Romero (2012), argumentam que as empresas de maior tamanho são afetadas por custos políticos, os quais podem ser interpretados como influências sobre candidatos eleitos com finalidades de nacionalizações, expropriações ou efeitos sobre indústrias específicas; gerando desta forma necessidade de divulgações que acrescentem sua responsabilidade social e transparência da empresa.

Finalmente, tem-se autores que documentam uma relação positiva nas empresas de maior tamanho e probabilidade de ter coberturas e à utilização de instrumentos financeiros derivativos (HAUSHALTER, 2000; HEANEY; WINATA, 2005; BIRT *et al.*, 2013, KHUMAHUALA *et al.*, 2016). Pode-se interpretar como possível cenário o acesso aos mercados internacionais, mesmo nas suas operações elevando suas exposições a riscos inerentes nas suas operações (HEANEY; WINATA, 2005; BIRT *et al.*, 2013).

Contudo, considerando argumentos na relação do tamanho das empresas e utilização dos instrumentos financeiros derivativos, os contadores com atuação nestas empresas serão os responsáveis pelo registro e divulgação nos demonstrativos financeiros. Por sua vez, os auditores externos serão os responsáveis pela certificação de tais relatórios. Desta forma a segunda variável incluída no modelo quantitativo é tamanho da empresa (*Size*) e a hipótese do estudo é:

**H<sub>2</sub>:** O tamanho da empresa onde os respondentes têm atuação altera a percepção dos instrumentos financeiros derivativos.

### 2.8.3 Percepção da complexidade e atuação em setores industriais específicos

Seguindo a mesma linha dos argumentos anteriores, autores incluem como variável a indústria sob a hipótese que alguns comportamentos dos relatórios financeiros podem ser explicados considerando empresas abrangidas por indústrias específicas (TAHAT *et al.*, 2016). Assim, a maior regulação existente em algumas indústrias pode exercer pressões adicionais às empresas que abrange, desta forma é aumentado o nível de detalhamento da informação (LOPES; RODRIGUES, 2007; MALAQUIAS; LEMES, 2013). Além disso, Lopes e Rodrigues (2007) sinalizam que empresas de um mesmo setor industrial estão interessadas em manter um nível de divulgação semelhante, para evitar uma apreciação negativa do mercado.

Considerando o exposto por Tahat *et al.*, (2016), características próprias das indústrias, como é o caso do setor bancário, geram um maior nível de divulgações associadas a uma maior quantidade de recursos disponível, que permitem, por sua vez, a contratação de maiores padrões de qualidade na auditoria. Ainda dentro da indústria financeira, com a finalidade de captar recursos, as empresas financeiras têm melhorado divulgações sobre riscos (MOHAMMADI; MARDINI, 2016). Por outro lado, indústrias consideradas como altamente competitivas talvez considerem as divulgações requeridas pelo FASB como forma de proteção da informação contra a competitividade (TESSEMA, 2016).

A indústria da extração de minerais apresenta uma relação positiva com o uso de instrumentos financeiros derivativos para mitigar potenciais riscos existentes pela natureza de suas operações (HASSAN *et al.*, 2006a; TAYLOR *et al.*, 2008; TAYLOR *et al.*, 2010; BIRT *et al.*, 2013). Como riscos inerentes, podem-se mencionar as variações de preço dos commodities, valores das moedas e taxas de juros (CHALMER; GODFREY, 2004; BIRT *et al.*, 2013).

Hassan, Percy e Stewart (2006b) argumentam uma menor divulgação dos derivativos na fase de exploração na Austrália, que pode ser causada por características próprias da regulação nacional. De forma contrária, Alali e Romero (2012) apontam que a indústria da mineração divulga de forma voluntária informação relacionada à responsabilidade social, com o objetivo de melhorar sua imagem pública e impactos ao meio ambiente.

Assim, considerando os argumentos da redução da assimetria de informação e a utilização dos instrumentos financeiros derivativos no setor da extração de minerais devido a ser altamente representativa nos países analisados nesta pesquisa (COCHILCO 2015; COCHILCO 2016; MALAQUIAS; ZAMBRA, 2017), podem-se interpretar como uma maior probabilidade de aproximação dos profissionais que possuem experiência neste setor aos

instrumentos financeiros denominados como complexos. Desta forma a terceira variável incluída no modelo quantitativo é Setor (Setor) e a hipótese do estudo é:

**H<sub>3</sub>:** Os respondentes com atuação em empresas de extração de commodities, percebem a contabilização e divulgação dos derivativos como menos complexa.

#### **2.8.4 Percepção da complexidade e atuação em empresas Listadas em bolsas estrangeiras**

Segundo Lopes e Rodrigues (2007), as empresas listadas em bolsas de valores estrangeiras têm custos de agência maiores, devido a possibilidades de conciliações entre normas geralmente aceitas no país e normas internacionais. Por sua vez, os mesmos autores sinalizam que uma melhora nas demonstrações contábeis tenha uma boa sinalização pelo mercado, afetando também a obtenção de capital. De forma complementar, Malaquias e Lemes (2013) mencionam efeito de aprendizagem obtido das empresas com maior tempo em divulgar seus relatórios financeiros na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e não somente no Brasil, devido a maiores níveis de requerimentos da informação de parte dos reguladores daquele mercado.

Ambientes existentes em diferentes bolsas de valores, como é o caso dos Estados Unidos, tem se documentado maiores ambientes regulamentados (HODGDON *et al.*, 2009; GILLAN; PANASIAN, 2014), o que pode aumentar a complexidade das divulgações financeiras e com elas os honorários dos auditores (GILLAN; PANASIAN, 2014). Assim, de forma geral, as empresas listadas em bolsas estrangeiras apresentam a tendência a um maior cumprimento das normativas contábeis (APPIAH *et al.*, 2016), que pode se estender a maiores níveis de identificação, avaliação e divulgação da gestão de risco (TAYLOR *et al.*, 2010).

Considerando os argumentos mencionados, pode-se interpretar que os profissionais sob a situação mencionada têm uma maior proximidade aos conceitos avaliados na pesquisa, devido a possíveis regulações adicionais dos países para os quais divulgam seus relatórios, podendo demandar inclusive capacitações adicionais. Desta forma a quarta variável incluída no modelo quantitativo refere-se a empresas listadas em bolsas estrangeiras (Listada) e a hipótese do estudo é:

**H<sub>4</sub>:** Os respondentes com atuação em empresas listadas em bolsas estrangeiras percebem a contabilização e divulgação dos derivativos como menos complexa.

### 2.8.5 Percepção da complexidade e práticas de Governança Corporativa

Considerando a importância das boas práticas de governança corporativa nas empresas, que em ocasiões são adotadas de forma voluntária, devido a que trazem oportunidades de diferenciação e geração de vantagem competitiva, incluindo também o melhoramento nas práticas de divulgação para a captação de capitais externos (LOPES; DE ALENCAR, 2010). Desta forma, pode-se mencionar Malaquias e Lemes (2013), que consideram a transparência como um dos argumentos de práticas corporativas que reduzem a assimetria da informação, representando este um dos pilares de governança corporativa.

Por outro lado, no cenário atual, as empresas têm sido incentivadas a melhorar a transparência como prática da governança corporativa devido às pressões das transações comerciais e o rápido desenvolvimentos dos mercados internacionais, incluindo-se também a influência das IFRS (TAYLOR *et al.*, 2010; ADZNAN; NELSON, 2014; TESSEMA, 2016). Desta forma, segundo Lawrence (2013) e Huang e Gao (2014), alguns profissionais percebem que o melhoramento da transparência dos relatórios financeiros contribui para as tomadas de decisões devido ao melhor detalhamento de informação.

Considerando a ótica dos comitês de riscos nas empresas, autores apontam como um dos argumentos característicos da governança corporativa um fator importante para garantir a independência da administração na gestão dos riscos, e consequentemente, na divulgação (HASSAN *et al.*, 2008). Desta forma, as empresas com comitê de risco integrado com as práticas de governança corporativa podem evidenciar informações mais completas e detalhadas sobre a gestão de riscos (MOHAMMADI; MARDINI, 2016), ainda mais importantes quando as empresas têm usado instrumentos financeiros complexos (BIRT *et al.*, 2013).

Considerando os argumentos mencionados, podem-se interpretar que os profissionais sob a situação mencionada têm uma maior proximidade aos conceitos avaliados na pesquisa, devido às características das empresas nas quais prestam serviços e cuja preocupação é a geração de relatórios financeiros de qualidade. Desta forma, a quinta variável incluída no modelo quantitativo é atuação em empresas com características de governança corporativa (Qualid/Tranp/GC), e a hipótese do estudo é:

**H<sub>5</sub>:** Os respondentes com atuação em empresas com elevadas práticas de governança corporativa percebem a contabilização e divulgação dos derivativos como menos complexas.

### 2.8.6 Percepção da complexidades e atuação em empresa controle estrangeiro

As discussões da estrutura de controle nas empresas é variada, no entanto, podem-se mencionar argumentos disponíveis em Lopes e Rodrigues (2007), usando as teorias da agência e contingência para ressaltar a importância de diretores independentes para monitorar e controlar as ações dos gerentes das empresas. Desta forma, expõe-se o problema de falta de cumprimento desta premissa, quando o controle está influenciado por empresas familiares pelo qual as divulgações são menores, devido a características da assimetria da informação.

Por outro lado, argumentos próximos à variável da publicação dos relatórios em bolsas de valores internacionais fornecem também fundamento teórico para esta variável. Ambientes altamente regulados, de empresas controladoras, podem influenciar o nível de *disclosure*, devido a maiores regulações existentes e possíveis necessidades de conciliação das regulamentações locais (HODGDON *et al.*, 2009; GILLAN *et al.*; APPIAH *et al.* 2016). A presença de controle estrangeiro nas empresas pode ser então um determinante da qualidade de suas informações, podendo também afetar a percepção sobre o nível de complexidade de se contabilizar instrumentos financeiros por profissionais que interagem com essas empresas.

Considerando as possíveis complexidades existentes na apresentação de informação e ambientes litigiosos das empresas controladoras, pode-se fazer uma alusão à aproximação dos profissionais aos instrumentos financeiros denominados como complexos, o que pode incluir também possíveis capacitações fornecidas pelas empresas. Desta forma a sexta variável incluída no modelo quantitativo é CONTROLE EXTRANGEIRO (Estrang/Export) e a hipótese do estudo é:

**H<sub>6</sub>:** Os respondentes que possuem experiência em empresas com controle estrangeiro percebem a contabilização e divulgação dos derivativos como menos complexas.

### 2.8.7 Percepção da complexidade e Experiência de Mercado

Na perspectiva do processo de harmonização das IFRS e as contínuas mudanças existentes, que abrangem as normativas reguladoras dos instrumentos financeiros, a experiência de trabalho ocupa um papel importante no entendimento das normativas, de forma equivalente à educação (JOSHI *et al.*, 2008; NAVARRO-GARCÍA; BASTIDA, 2010; UYAR; GÜNGÖRMÜS, 2013). Assim, a sofisticação financeira, caracterizada pelo uso de instrumentos financeiros derivativos tem relação com profissionais experientes e qualificados. Neste cenário, Khumahuala, Ranasinghe e Yan (2016) argumentam que no setor público dos Estados Unidos, particularmente nos municípios, chefes e contadores associados ao cenário descrito participam do mercado de derivativos devido a conhecimento de transações

complexas, sendo denominadas como uma sofisticação gerencial e uma maior disponibilidade de recursos. Por sua vez, Bean e Irvine (2015) mencionam um possível desconhecimento dos derivativos por parte dos auditores jovens e dos contadores que constroem as demonstrações, segundo o ponto de vista dos analistas de investimentos, isto influenciado pela utilização de formatos genéricos de demonstrações e maior orientação nos resultados anuais.

Existem evidências onde, independente da experiência de trabalho dos profissionais, fatores industriais, aprofundados nas variáveis anteriores, influenciam ainda mais na aproximação de conceitos relacionados e avaliados nesta pesquisa. Como exemplo, podem-se citar Huang e Gao (2014) que documentam, na China, mediante aplicação de entrevista semiestruturada a diferentes cargos profissionais relacionados na área, que quase um quarto dos entrevistados não tem aproximação com instrumentos financeiros derivativos no que diz respeito à geração de divulgações. No mesmo estudo, um gerente argumenta que devido às características da indústria dificilmente terá tal aproximação. Desta forma a sétima variável incluída no modelo quantitativo é EXPERIENCIA (ExpMercado), e a hipótese do estudo é:

**H<sub>7</sub>:** Os respondentes com maior experiência (em anos) percebem a contabilização e divulgação dos derivativos como menos complexas.

**Quadro 6 - Resumo variável e hipóteses**

Nº	Hipóteses	Variável	Relação Esperada	Autores
H1	Percepção da complexidades e atuação nas Big4 (tipo auditor).	Big4	-	- CHALMER; GODFREY, 2004; - LOPES; RODRIGUES, 2007; - HASSAN, SELEH; RAHMAN, 2008; - HODGDON et al., 2009; - ALALI; ROMERO, 2012; - BIRT <i>et al.</i> , 2013; - ZANGO <i>et al.</i> , 2015;- APPIAH <i>et al.</i> , 2016
H2	Percepção da complexidades e efeito do tamanho das empresas em que tem atuação.	Size	-	- COOKE, 1989; - HAUSHALTER, 2000; - HEANEY; WINATA, 2005; - LOPES; RODRIGUES, 2007; - HASSAN, SELEH; RAHMAN, 2008; - HODGDON <i>et al.</i> , 2009; - ALALI; ROMERO, 2012; - MALAQUIAS; LEMES, 2013; - KHUMAHUALA <i>et al.</i> , 2016; - MOHAMMADI; MARDINI,

				2016; - TAHAT <i>et al.</i> , 2016.
H3	Percepção da complexidades e atuação em setores industriais específicos.	Setor	-	- CHALMER; GODFREY, 2004; - HASSAN <i>et al.</i> , 2006b; - LOPES; RODRIGUES, 2007; - TAYLOR <i>et al.</i> , 2008; - TAYLOR <i>et al.</i> , 2010; - ALALI; ROMERO, 2012; - BIRT <i>et al.</i> , 2013 - MALAQUIAS; LEMES, 2013; - COCHILCO, 2015; - MOHAMMADI; MARDINI, 2016; - TESSEMA, 2016; - TAHAT <i>et al.</i> , 2016.
H4	Percepção da complexidades e atuação em empresas listadas em bolsas estrangeiras.	Listada	-	- LOPES; RODRIGUES, 2007; - HODGDON <i>et al.</i> , 2009; - TAYLOR <i>et al.</i> , 2010; - MALAQUIAS; LEMES, 2013; - GILLAN; PANASIAN, 2014; - APPIAH <i>et al.</i> , 2016;
H5	Os respondentes com atuação em empresas com elevadas práticas de governança corporativa percebem a contábil	Qualid/T ranp/GC	-	- HASSAN, SELEH; RAHMAN, 2008; - LOPES; DE ALENCAR, 2010; - TAYLOR <i>et al.</i> , 2010; - BIRT <i>et al.</i> , 2013; - MALAQUIAS; LEMES, 2013; - LAWEWRENCE, 2013; - ADZNAN; NELSON, 2014; - HUANG; GAO, 2014; - MOHAMMADI; MARDINI, 2016, - TESSEMA, 2016;
H6	Percepção da complexidades e atuação em empresa controle estrangeiro.	Estrang/ Export	-	- LOPES; RODRIGUES, 2007; - HODGDON <i>et al.</i> , 2009; - GILLAN; PANASIAN, 2014; - APPIAH <i>et al.</i> 2016
H7	Percepção da complexidades e Experiência de Mercado.	ExpMerc ado	-	- JOSHI; BREMSER; AL-AJMI, 2008; - NAVARRO-GARCÍA; BASTIDA, 2010; - UYAR; GÜNGÖRMÜS, 2013 - HUANG; GAO, 2014; - BEAN; IRVINE, 2015; - KHUMAHUALA <i>et al.</i> , 2016;

Fonte: Elaboração própria (2017).

No Capítulo 2 foram aprofundadas diferentes teorias com a finalidade de analisar diferentes fatores relacionados à percepção de complexidade e seus efeitos nos relatórios

financeiros. Alguns fatores que podem influenciar a percepção e outros podem justificar o uso dos instrumentos financeiros derivativos. Finalmente, foram construídas diferentes hipóteses, as quais são utilizadas no capítulo seguinte para atender aos objetivos da pesquisa, mediante o uso de ferramentas estatísticas.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa, considerando características e classificação da pesquisa, a mensuração das variáveis utilizadas e os modelos econométricos utilizados para a avaliação das hipóteses.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Considerando o objetivo geral da pesquisa, sua natureza classifica-se como exploratória, pois busca analisar o nível de complexidade percebido pelos contadores sobre a contabilização e divulgação de instrumentos financeiros derivativos e conceitos relacionados. Assim, considerando o exposto por Reiter (2013), as pesquisas exploratórias aplicadas nas ciências sociais podem ajudar a acrescentar fenômenos explicados parcialmente ou de diferente modo.

Quanto à abordagem pesquisa, classifica-se como quantitativa, caracterizada pela utilização de ferramentas estatísticas e seu objetivo de auxiliar na compreensão do comportamento de uma população, exibindo preocupação pela mensuração e análise quantitativa da relação entre as variáveis (BRYMAN, 2012). Assim, nas seções 3.2 e 3.3, serão aprofundados os métodos de coleta de dados e modelos econométricos utilizados para captação da percepção da complexidade dos instrumentos financeiros.

Em relação aos procedimentos técnicos, foi utilizada como principal ferramenta a aplicação de questionários, para assim atingir os objetivos desta pesquisa, utilizando afirmações de caráter fechado, expostas no Apêndice B. Além disso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica na contextualização desta pesquisa, conseguindo assim analisar estudos próximos à pesquisa até o momento escritos e identificando indícios de complexidades outorgadas pelos autores a diferentes conceitos relacionados.

#### **3.2 Delimitação da amostra e forma de coleta dos dados**

Considerando o objetivo da pesquisa, foi construído um questionário baseado nas normativas IFRS que regulam os instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros. As afirmações deste questionário, expostas no Apêndice B, tem em consideração o referencial teórico, no qual argumenta-se que autores assumem a complexidade dos instrumentos financeiros derivativos, isto é, sua mensuração, contabilização, divulgação, entre outras (BIRT *et al.*, 2013; PROROKOWSKI, 2013; KHUMAHUALA *et al.*, 2016), bem como à complexidade de toda a norma (CAMFFERMAN, 2015).

Por outra parte, considerando os objetivos específicos, expostos na seção 1.3.2, busca-se avaliar e analisar características dos respondentes e se elas variam entre os dois países a serem analisados. Tem-se um foco específico em experiência de trabalho no mercado.

A ferramenta utilizada para captar os níveis de complexidade percebidos por cada respondente corresponde à escala Likert de 5 pontos, a qual tem como objetivo medir a intensidade dos sentimentos acerca de algum assunto (BRYMAN, 2012). Considerando as características desta ferramenta, a continuação, são descritos os diferentes pontos de avaliação para concordância das afirmações:

- (1) para “discordo fortemente que a operação seja complexa”;
- (2) para “discordo que a operação seja complexa”;
- (3) para “não concordo nem discordo que a operação seja complexa”;
- (4) para “concordo que a operação seja complexa”;
- (5) para “concordo fortemente que a operação seja complexa”.

Vale ressaltar que o protocolo de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e a coleta de dados foi iniciada somente após o parecer final aprovando o protocolo. Com o objetivo de garantir a análise da confiabilidade dos dados, foi aplicado o teste Alfa de *Cronbach* para verificar a confiabilidade e consistência interna do questionário, onde se espera um índice próximo de 0,7 para a validação e aceitação do anterior. Os resultados desta avaliação encontram-se detalhados no apêndice D, onde somente no caso do grupo “Instrumentos Financeiros Derivativos (contabilização)” o valor conseguido não foi dentro do esperado; passou-se assim a considerar a afirmação “Contabilizar Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo”, atribuindo-lhe o nome de “Deriv.Perg.1”.

Posteriormente ao recebimento da aprovação mencionada no parágrafo anterior, o questionário foi depositado em uma plataforma eletrônica (Google Docs), tanto uma versão em português como uma em espanhol, com o intuito de facilitar o acesso dos respondentes. Vale ressaltar que foi realizado um pré-teste do questionário, com profissionais de áreas afins e estudantes de ciências contábeis, ambos casos não formam parte da amostra da pesquisa; tal pré-teste foi aplicado para os dois idiomas, desta forma configurando uma etapa para a validação da qualidade/clareza das perguntas.

Respeito à amostragem, esta foi feita por conveniência, considerando o exposto por Anderson, Sweeney e Williams (2002) e Bryman (2012). Cabe o destaque da dificuldade de acesso à população existente, pelo qual fortalece esta técnica de coleta de dados. Assim,

considerando contatos pessoais do orientador da pesquisa com contadores do Brasil e por outra parte, contatos do autor desta pesquisa, de nacionalidade Chilena, que possui contato com contadores da mesma nacionalidade, foi aplicado como técnica a coleta de dados por conveniência, além disso, no caso do Brasil, também foram enviados convites aos auditores registrados na CVM como base de dados públicos (440 correios eletrônicos diferentes). Foi solicitado ao IBRACON uma base de dados para possível envio dos questionários, situação que não foi possível devido à inexistência dela, assim também no caso do Chile, tampouco foi possível pela disponibilidade de dados.

Desta forma, os convites foram enviados de forma eletrônica (e-mail) aos contadores, anexando o link do questionário. Assim previamente ao acessar às questões, foi disponibilizado na mesma plataforma o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para expor características da pesquisa e informar que a participação na pesquisa era totalmente voluntária e que não haveria qualquer identificação dos respondentes (garantindo que as respostas eram anônimas).

Considerando que uma parte da pesquisa abrange os auditores externos, evitou-se aplicação a partir da 2ª quinzena de Janeiro até o final de Março, visto que nesse período o volume das atividades dos auditores é mais elevado que outros períodos de tempo, fator que poderia ocasionar a possibilidade de não resposta ou baixa índice de respostas. Desta forma, a aplicação dos questionários foi realizada da seguinte forma:

- I) Primeiro envio (dentro do período de 12 até 21 de Dezembro de 2016);
- II) Primeiro reforço do convite (dentro do período de 31 de Janeiro até 02 de Fevereiro de 2017);
- III) Segundo reforço de convite (18 de maio de 2017).

Cabe destacar que foram enviados 233 convites para o Chile, 197 para o Brasil, além disso, 440 da base de dados públicos da CVM. Assim a porcentagem de resposta no Chile foi de 25,3%, no caso do Brasil o cálculo da porcentagem de resposta é mais complexo, devido à confidencialidade dos respondentes, não existindo forma de identificar se foram pertencentes à base pública da CVM, no entanto ao considerar a soma de ambas bases a porcentagem de resposta é de 9,7%; se for considerada apenas a base de contatos próprios, a taxa é de 31,5%.

### **3.3 Hipóteses, modelos econométricos e variáveis utilizadas**

Considerando os objetivos da pesquisa, as análises econométricas consideram as variáveis resumidas no Quadro 6 da seção 2.8 do capítulo anterior, as quais em conjunto às

variáveis de controle e a utilização da regressão buscam medir possível relacionamento em diferentes grupos de complexidades dos instrumentos financeiros.

A Equação 1 expõe o modelo utilizado na aplicação da regressão. Cabe mencionar que, previamente à aplicação da ferramenta estatística, foram agrupadas as perguntas do questionário em diferentes grupos, considerando o índice de *disclosure* e indícios de complexidades expostos por diferentes autores, disponíveis no Apêndice C. Desta forma, configura-se por meio da Equação 1 o modelo quantitativo que busca auxiliar na análise das hipóteses desta pesquisa.

#### Equação 1:

$$\text{COMPLEX}_i = \beta_0 + \beta_1 * \text{Big4}_i + \beta_2 * \text{Size}_i + \beta_3 * \text{Setor}_i + \beta_4 * \text{Listada}_i + \beta_5 * \text{Qualid/Tranp/GC}_i + \beta_6 * \text{Estrang/Export}_i + \beta_7 * \text{ExpMercado}_i + \beta_8 * \text{País}_i + \varepsilon_i$$

Em que:

**COMPLEX** = Grupo de questões relativo ao item de complexidade avaliado (expostos no Apêndice C); sendo utilizados os itens 2: “Instrumentos Financeiros Derivativos (contabilização)”, 4: “*Fair Values* - Instrumentos Financeiros”; 5: “Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO”; 6: “Elaboração de análises de Sensibilidade de Riscos”; e 9: “IFRS 9”;

**Big4**: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos;

**Size**: representa o tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas;

**Setor**: variável dummy, que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de Finanças, Minas Agronegócio, Bancos, Petróleo, Papel e Celulose, ou Siderurgia e Metalurgia, e 0 para os demais casos;

**Listada**: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos;

**Qualid/Transp/GC**: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de Governança Corporativa, e 0 nos demais casos;

**Estrang/Export**: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos.

**ExpMercado**: variável escalar que indica o tempo de experiência de mercado (em anos) dos respondentes;

**País**: variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6, \beta_7, \beta_8$  = parâmetros do modelo de regressão;

$\varepsilon_i$  = termo de erro do modelo.

### 3.4 Limites da pesquisa

Os limites da pesquisa estão principalmente relacionados com a amostra por conveniência aplicada na pesquisa. Considerando o exposto por Bryman (2012), a amostra é

uma ferramenta adequada quando se tem dificuldade no acesso à população. Desta forma, destaca-se a limitação na obtenção de amostras estatisticamente representativas da população de contadores para ambos países, além da quantidade de respostas, que podem dificultar a generalização dos resultados.

Embora a percepção de complexidade possa ser interpretada como característica qualitativa em uma pesquisa, a utilização da escala Likert torna-se em uma ferramenta de mensuração diversamente utilizada em estudos científicos e aceita em diferentes revistas internacionais. Desta forma, podem-se mencionar estudos na área da economia e finanças, com objetivos de captação de percepções de diferentes assuntos, como Erasmus, Donoghue e Dobbels (2014), Mishra (2016) e Taylor e Snyder (2017), nas quais a escala likert foi usada, seja para mensurar a percepção dos consumidores acerca da complexidade na eleição de alguns produtos ou de algumas características associadas a marcas comerciais, seja para mensurar a percepção do risco cognitivo e afetivo no contexto do comportamento de segurança, respectivamente. Conceitos relacionados com a internacionalização de empresas brasileiras também foram medidos utilizando a escala Likert, realizando uma mensuração de importância de alguns conceitos relacionados (CAHEN *et al.*; 2016).

Considerando o cenário de estudos da área contábil, a escala Likert também é amplamente utilizada, onde podem-se mencionar o estudo de Jimenes e Iyer (2016), que examinam a influência de fatores sociais sobre as intenções de cumprimentos tributários; da mesma forma a escala Likert foi usada para medir os pontos de vista de contadores estadunidenses sobre o impacto e áreas relacionadas do controle interno acerca do modelo COSO (LAWSON *et al.*, 2017).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de resultados foi desenvolvida considerando os objetivos expostos na introdução desta pesquisa e os procedimentos metodológicos expostos na seção anterior. Primeiramente, serão apresentadas as estatísticas descritivas do banco de dados do estudo, que será seguida pela análise de regressão multivariada, permitindo assim testar as hipóteses fundamentadas no referencial teórico.

### 4.1 Análise descritiva

Por meio da Tabela 1, observa-se a quantidade de 121 respondentes, dos quais 62 são do Brasil e 59 do Chile, representando 51,2% e 48,8%, respectivamente. Em média, os respondentes possuem 10 anos de experiência de mercado, que varia desde 0 até 40 anos de experiência; o mínimo igual a zero indica profissionais recentemente graduados.

**Tabela 1-** Estatística Descritiva para as Variáveis da Pesquisa

Variáveis	n	Méd.	DesvPad	Min.	Máx.
País	121	0.488	0.502	0.000	1.000
ExpMercado	120	10.521	9.414	0.000	40.000
Big4	121	0.397	0.491	0.000	1.000
Size	108	3.407	0.977	0.000	4.000
Setor	106	0.642	0.482	0.000	1.000
Qualid/Transp/GC	121	0.430	0.497	0.000	1.000
Listada	121	0.314	0.466	0.000	1.000
Estrang/Export	121	0.430	0.497	0.000	1.000
derivativos	121	3.752	0.728	2.000	5.000
deriv.perg.1	121	3.686	0.904	1.000	5.000
valor justo	121	3.622	0.793	1.500	5.000
análise de sensib.	117	3.794	0.838	1.000	5.000
gestão de riscos	117	3.439	0.829	1.000	5.000
IFRS-09	117	3.609	0.806	1.670	5.000

Fonte: Elaboração própria (2017).

Notas: País: variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; ExpMercado: variável escalar que indica o tempo de experiência de mercado (em anos) dos respondentes; Big4: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Size: representa o tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas; Setor: variável dummy, que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de Finanças, Minas, Agronegócio, Bancos, Petróleo, Papel e Celulose, ou Siderurgia e Metalurgia, e 0 para os demais casos; Qualid/Transp/GC: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de Governança Corporativa, e 0 nos demais casos; Listada: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; Estrang/Export: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos.

A respeito das características das empresas às quais os respondentes estão vinculados, bem como à sua respectiva atuação, observa-se que a maioria não atua diretamente em uma

empresa *big four*; por outro lado, a maior quantidade de observações é proveniente de respondentes que atuam ou já atuaram em empresas de médio ou grande porte. Ainda observando-se os resultados da Tabela 1, tem-se que a maioria dos respondentes não possui atuação em empresas com controle estrangeiro ou listadas em bolsa local ou estrangeiras.

Considerando a ferramenta de coleta de dados utilizada, quando a percepção dos respondentes (sobre complexidade com instrumentos financeiros) é superior a 3, pode-se interpretar como complexa (uma vez que a escala varia de 1 a 5); desta forma observa-se que, de maneira geral, os conceitos avaliados são considerados como complexos. Ademais, destacam-se os itens: análises de sensibilidade, contabilização dos derivativos, IFRS 9 e Valor justo, registrando percepção média sobre a complexidade superior a 3,5. Considerando o exposto por Huang e Gao (2014) e Chang, Donohoe e Sougiannis (2016), que apontam complexidade na contabilização dos derivativos devido a contratos com terminologia complexa e ambígua, a pesquisa é consistente na afirmação de complexidade no registro destes instrumentos.

Os resultados também reforçam a afirmação de complexidade acerca do *disclosure* de gestão de riscos financeiros e análise de sensibilidade, incluindo a identificação de riscos exposto por Taylor *et al.* (2008) e Bratten *et al.* (2016). A complexidade na estimação do valor justo (DORMINEY; APOSTOLOU, 2012; BRATTEN *et al.*, 2016) e conceitos relacionados a IFRS 9, principalmente à determinação do modelo de perdas estimadas (CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-FARKAS, 2016), também são reforçados mediante os resultados das médias das respostas analisadas.

Desta forma, os resultados do estudo complementam o exposto pelos autores que denominam os instrumentos financeiros derivativos como complexos (BIRT *et al.*, 2013; PROROKOWSKI, 2013; KHUMAHUALA *et al.*, 2016), permitindo acrescentar à afirmação anterior a percepção dos contadores da complexidade acerca da contabilização, análise de sensibilidade e gestão de risco de atividades relacionadas a esses instrumentos.

Antes de se iniciar a análise multivariada de potenciais fatores que podem estar relacionados com a percepção sobre a complexidade para contabilizar instrumentos financeiros, foram realizadas análises de associação bivariadas, por meio do teste Qui-Quadrado. O Apêndice E contém os resultados e indica (para a análise bivariada) que, considerando os critérios utilizados para estabelecer as variáveis categóricas para aplicação do teste quantitativo (conforme nota do Apêndice E), há variáveis relacionadas com a percepção sobre a complexidade. O próximo tópico evidencia a análise multivariada, em que o efeito das

variáveis independentes é avaliado de forma simultânea sobre cada uma das variáveis dependentes consideradas neste estudo.

#### 4.2 Resultados da Análise de Regressão

A seguir, os resultados da análise de regressão múltipla serão expostos nas Tabelas 2 e 3. Além disso, com a finalidade de resumir os resultados, será exposto o Quadro 7, permitindo visualizar as hipóteses aceitas ou rejeitadas. Desta forma, os resultados evidenciam uma relação estatisticamente significativa das variáveis País e Big4 com a complexidade para contabilização de instrumentos financeiros. Destaca-se, ainda, que se esperava coeficiente negativo da variável Big4, e a análise empírica indicou uma relação positiva. A análise da cada variável é detalhada e comentada nos parágrafos seguintes.

**Quadro 7** – Resumo dos resultados

Nº	Hipóteses	Variável	Relação esperada	Resultados	Tipo de Relação
H1	Percepção da complexidades e atuação nas Big4 (tipo auditor).	Big4	-	Rejeitada	+
H2	Percepção da complexidades e efeito do tamanho das empresas em que tem atuação.	Size	-	Sem relação	n.s.
H3	Percepção da complexidades e atuação em setores industriais específicos.	Setor	-	Sem relação	n.s.
H4	Percepção da complexidades e atuação em empresas listadas em bolsas estrangeiras.	Listada	-	Sem relação	n.s.
H5	Os respondentes com atuação em empresas com elevadas práticas de governança corporativa percebem a contábil	Qualid/Tranp/GC	-	Sem relação	n.s.
H6	Percepção da complexidades e atuação em empresa controle estrangeiro.	Estrang/Export	-	Sem relação	n.s.
H7	Percepção da complexidades e Experiência laboral.	ExpMercado	-	Sem relação	n.s.
H8	Percepção da complexidades e País do respondente.	País	+ / -	Aceita	-

Fonte: Elaboração própria (2018). Notas: n.s. = denota relação não significativa.

Com base nos resultados da análise quantitativa, observou-se que os respondentes do Chile apresentaram uma percepção de complexidade menor que os respondentes do Brasil;

observando-se a Tabela 2, tem-se uma menor percepção de complexidade para a contabilização dos derivativos e determinação do valor justo, assim como na Tabela 3, uma menor complexidade outorgada à confecção das análises de sensibilidade do Chile em comparação ao Brasil. Os resultados reforçam possíveis influências culturais expostas por Zeff (2007), sejam fatores como a cultura regulatória do país, a cultura financeira ou de negócios, cultura contábil e de auditoria. Por sua vez, os resultados podem ser interpretados mediante as análises de Carneiro, Rodrigues e Craig (2017), que consideram o processo de harmonização contábil na América Latina, existindo uma diferença na exigência das normas de forma antecipada no Chile.

**Tabela 2-** Fatores determinantes da complexidade de derivativos e valor Justo

Variáveis	Derivativos		Deriv.Perg.1		Valor Justo	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
País	-0.379	0.037	-0.475	0.040	-0.481	0.016
ExpMercado	-0.009	0.302	-0.006	0.571	-0.007	0.461
Big4	0.413	0.050	0.453	0.092	0.475	0.041
Size	-0.001	0.994	0.062	0.623	-0.052	0.633
Setor	0.094	0.601	0.003	0.989	-0.169	0.393
Qualid/Tranp/GC	-0.070	0.649	-0.106	0.593	-0.128	0.452
Listada	0.136	0.447	0.348	0.129	-0.024	0.901
Estrang/Export	-0.260	0.132	-0.309	0.160	0.044	0.814
Constante	3.891	0.000	3.630	0.000	4.058	0.000

Fonte: Elaboração própria (2017).

Notas: País: variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; ExpMercado: variável escalar que indica o tempo de experiência de mercado (em anos) dos respondentes; Big4: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Size: representa o tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas; Setor: variável dummy, que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de Finanças, Minas Agronegócio, Bancos, Petróleo, Papel e Celulose, ou Siderurgia e Metalurgia, e 0 para os demais casos; Qualid/Transp/GC: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de Governança Corporativa, e 0 nos demais casos; Listada: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; Estrang/Export: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos.

No parágrafo anterior foi mencionado o processo de harmonização contábil aplicado nos países em análise como uma possível influência na percepção de complexidade ao nível do país (CARNEIRO *et al.*, 2017). No entanto, ao analisar de forma isolada esta variável, não foi possível rejeitar a hipótese 7 (H7), documentando uma significância próxima somente nas análises de sensibilidade e IFRS 9, podendo ter explicação nas recentes mudanças realizadas às normativas e às discussões que vêm sendo abertas, relacionadas à determinação do modelo de perdas estimadas onde os respondentes mais experientes apresentaram uma maior complexidade devido ao conhecimento das discussões (CAMFFERMAN, 2015; NOVOTNY-

FARKAS, 2016). Os resultados da pesquisa não permitem afirmar uma influência da experiência em anos na percepção de complexidade, porém, não se interpretam os resultados como evidências contrárias às afirmações de estudos anteriores que sinalizam a importância da experiência de trabalho, bem como o nível de educação no entendimento das normativas (JOSHI *et al.*, 2008; NAVARRO-GARCÍA; BASTIDA, 2010; UYAR; GÜNGÖRMÜS, 2013).

Embora a relação esperada para a variável *big4* seja negativa (H1), os resultados expostos na Tabela 2 expõem uma relação positiva na percepção de complexidade na contabilização dos derivativos e determinação de valor justo. A hipótese desenvolvida nesta pesquisa foi determinada considerando profissionais com o maior treinamento, maior conhecimento normativo e envolvidos em firmas com alta reputação dos serviços exposta por estudos anteriores (LOPES; RODRIGUES, 2007; HASSAN *et al.*, 2008; ALALI; ROMERO, 2012, BIRT *et al.*, 2013; APPIAH *et al.*, 2016). No entanto, os mesmos argumentos podem justificar os resultados, entendendo que um maior treinamento e proximidade dos conceitos podem reforçar a percepção de que o conteúdo sobre instrumentos financeiros refere-se a um tema complexo (BIRT *et al.*, 2013; PROROKOWSKI, 2013; KHUMAHUALA *et al.*, 2016).

**Tabela 3-** Fatores determinantes da complexidade de análises de sensibilidade, gestão de risco e IFRS 9

Variáveis	Anál. Sensib.		Gestão Risco		IFRS-09	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
País	-0.471	0.031	-0.210	0.336	-0.289	0.178
ExpMercado	-0.016	0.119	-0.012	0.255	-0.015	0.129
Big4	0.206	0.414	0.018	0.943	0.128	0.607
Size	0.060	0.611	-0.009	0.942	0.060	0.606
Setor	-0.030	0.888	-0.020	0.926	-0.149	0.486
Qualid/Tranp/GC	0.074	0.690	-0.004	0.982	0.201	0.278
Listada	-0.294	0.173	0.302	0.165	-0.042	0.844
Estrang/Export	0.121	0.556	0.072	0.728	0.037	0.856
Constante	3.953	0.000	3.558	0.000	3.660	0.000

Fonte: Elaboração própria (2017).

Notas: País: variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; ExpMercado: variável escalar que indica o tempo de experiência de mercado (em anos) dos respondentes; Big4: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Size: representa o tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas; Setor: variável dummy, que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de Finanças, Minas, Agronegócio, Bancos, Petróleo, Papel e Celulose, ou Siderurgia e Metalurgia, e 0 para os demais casos; Qualid/Transp/GC: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de Governança Corporativa, e 0 nos demais casos; Listada: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; Estrang/Export: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos.

No que se refere à variável Size (H2), não foram observadas evidências de relação estatística significativa, desta forma, não há suporte para a hipótese da influência do tamanho da empresa na qual os respondentes trabalham (ou já prestaram serviços) na percepção de complexidade. É oportuno comentar que os mesmos argumentos utilizados pelos autores, relativos ao menor custo na geração de informação devido à implementação de sistemas de informação superiores, podem explicar a menor exposição dos respondentes com a complexidade normativa dos instrumentos financeiros derivativos (COOKE, 1989; LOPES; RODRIGUES, 2007; HASSAN *et al.*, 2008; MALAQUIAS; LEMES, 2013; MOHAMMADI; MARDINI, 2016; TAHAT *et al.*, 2016).

Embora estudos anteriores documentem fortemente o uso de instrumentos financeiros derivativos nas empresas do setor da mineração (HASSAN *et al.*, 2006a; TAYLOR *et al.*, 2008; TAYLOR *et al.*, 2010; BIRT *et al.*, 2013), não foi suportada a hipótese 3 (H3). Cabe mencionar que esta pesquisa possui foco exclusivo em dois países da América Latina, o que pode gerar alguma influência nos resultados obtidos.

Conforme aos argumentos expostos, esperava-se uma relação negativa dos respondentes com atuação em empresas cujas características tiveram indícios de maiores regulações no que se refere aos custos de agências, como é o caso de empresas listadas em bolsas estrangeiras (H4) ou com controle estrangeiro (H6) (LOPES; RODRIGUES, 2007; HODGDON *et al.*, 2009; GILLAN; PANASIAN, 2014; APPIAH *et al.* 2016). As referidas hipóteses, no entanto, também não foram suportadas. Pode-se interpretar os resultados considerando a possibilidade de existência de elevada segregação das funções nas empresas, sendo consistente com o exposto por Huang e Gao (2014), que documenta a opinião de alguns profissionais em cargos estratégicos do distanciamento com conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos devido às características da empresa.

Finalmente, ao considerar os argumentos utilizados na variável de governança corporativa (H5), a relação empiricamente observada não foi estatisticamente significativa. Fazendo referência aos argumentos do parágrafo anterior, a segregação de funções em empresas onde são incentivadas boas práticas de governanças corporativas, também podem explicar os resultados da pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar os fatores que podem influenciar a percepção de complexidade sobre diferentes conceitos relacionados aos instrumentos financeiros, considerando como respondentes os profissionais que atuam com contabilidade e/ou auditoria no Brasil e no Chile. Para o alcance do objetivo proposto, foi construído e aplicado um questionário a uma amostragem por conveniência em ambos países, observando-se a prévia aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal de Uberlândia. Os respondentes totalizaram 121 entre ambos países (62 do Brasil e 59 do Chile), permitindo desta forma uma análise estatística dos resultados.

Baseados nos resultados referentes à análise descritiva, concluiu-se que os conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos são percebidos pelos contadores da amostra de ambos países como complexos, sejam em conceitos relacionados na contabilização, valor justo, análise de sensibilidade e gestão de risco. Além disso, mudanças nas normativas que regulam os instrumentos financeiros realizadas com o objetivo de diminuir a complexidade (IFRS 9), ainda são percebidas pelos contadores de ambos países como complexas.

Como desdobramentos para o dia a dia dos contadores, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de treinamentos específicos sobre o assunto (instrumentos financeiros) para os profissionais que podem estar envolvidos com a temática, bem como para futuros profissionais, ressaltando assim a necessidade de abordar o assunto nos cursos de graduação em ciências contábeis. Ademais, os resultados podem aportar que a certificação e a especialização nesta área podem representar um diferencial competitivo para a carreira profissional dos contadores, permitindo ter um aprofundamento nos conceitos que são percebidos como complexos por outros profissionais da área.

Conforme os objetivos específicos desta pesquisa, buscou-se comparar a existência de potenciais variações entre ambos países, bem como se algumas características dos respondentes apresentaria relação com a percepção de complexidade. Tais objetivos foram cumpridos por meio da utilização de análise de regressão múltipla, com base nos dados mencionados anteriormente.

No que se refere à comparação entre os países, constatou-se que a complexidade percebida pelos contadores do Chile é menor que dos contadores do Brasil para contabilização, determinação do valor justo e análises de sensibilidade relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos. Estes resultados podem revelar potenciais efeitos nas

variações culturais e harmonização contábil comentadas por Zeff (2007) e Carneiro *et al.* (2017).

A atuação dos respondentes nas empresas *big four*, apesar de não haver significância estatística para todas as variáveis, o sinal não foi negativo, apresentando assim relação contrária à esperada para a contabilização dos derivativos e determinação do valor justo. Esses resultados foram interpretados usando os mesmos argumentos do domínio normativo dos profissionais contábeis destas empresas (LOPES; RODRIGUES, 2007; ZANGO *et al.*, 2015), os quais possuem maior aproximação às discussões existentes do tema.

Os resultados deste estudo podem ser utilizados no planejamento de treinamentos específicos, a serem oferecidos aos contadores e auditores que atuam no mercado, aprofundando os conceitos relacionados com instrumentos financeiros. Esses treinamentos, talvez, já estejam ocorrendo em elevado número, o que pode inclusive estar refletido nos resultados, em que os contadores após maior treinamento sobre esse assunto, podem até passar a percebê-lo como mais complexo. A capacitação possui reflexos na eficiência da determinação de riscos no planejamento da auditoria, planejamento das metodologias e provas de auditorias a utilizar para avaliar os riscos e oferecer às carteiras de clientes de auditoria um maior apoio normativo.

Finalmente, considerando a relevância da pesquisa, conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting* foram identificados como complexos em ambos países, além da existência de variações na percepção dos respondentes entre países, sendo consistente como exposto por Nurunnabi (2017). O referido autor sugere que algumas pressões isomórficas institucionais podem ser superiores às demais, podendo ser uma explicação nas diferenças identificadas nesta pesquisa, desta forma reforça-se a necessidade de planejamento na área acadêmica e dos treinamentos posteriores à obtenção do título profissional em ambos países.

Fatores como país e atuação em *big four*, principalmente, influenciam a percepção de complexidade dos conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos, o que reforça o exposto por Maroun e Zijil (2015), quem sinalizam a influência de diferentes características na forma de interpretar e aplicar as normativas, consequentemente influenciando os resultados esperados na implementação de mudanças. Conforme o exposto, a pesquisa pode ser de interesse para o regulador, devido além da identificação dos conceitos percebidos como complexos, incluindo IFRS 9, fatores que auxiliam na compreensão de tal percepção, de forma a melhorar o entendimento da aceitação de novos requerimentos a serem aplicados.

O estudo permite identificar conceitos percebidos como complexos por profissionais que registram e certificam os relatórios financeiros, desta forma, ao considerar os custos de agência envolvidos na contratação de maiores padrões, os resultados poderiam apoiar avaliações dos custos de implementação de treinamento dos conceitos. Adicionalmente, melhorias nas normas sobre instrumentos financeiros referentes à divulgação e outros requerimentos da IFRS 9 (NOVOTNY-FARKAS, 2016) podem ser implementados de melhor forma nas empresas, ao considerar a percepção de complexidade por parte dos contadores, podendo ter implicações nos resultados expostos por estudos anteriores destes países (MALAQUIAS; ZAMBRA, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ADZNAN, S.; NELSON, S. Financial instruments disclosure practices: Evidence from Malaysian listed firms. **Procedia Social and Behavioral Sciences**. Kuala Lumpur, Malaysia, [S.l.], v. 164, p. 62-67, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814058716>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- ALALI, F.; ROMERO, S. The use of the Internet for corporate reporting in the Mercosur (Southern common market): The Argentina case. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, United States, v. 28, p.157-167, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JFRA-01-2015-0003>>. Acesso em: 11 mai. 2016.
- ALBERTI-ALHTAYBAT, L. V.; HUTAIBAT, K.; AL-HTAYBAT, K. (2012). Mapping corporate disclosure theories. **Journal of Financial Reporting & Accounting**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 73-94, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/19852511211237453>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- ANDERSON, D.; SWEENEY, D.; WILLIAMS, T. **Estatística aplicada a Administração e Economia**. Thomson. [S.l.], 2002.
- APPIAH, K.; AWUNYO-VITOR, D.; MIREKU, K.; AHIAGBAH, C. Compliance with international financial reporting standards: the case of listed firms in Ghana. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 131-156, 2016. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JFRA-01-2015-0003>>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- AREZKI, R.; DUMITRESCU, E.; FREY, A. Commodity prices and exchange rate volatility: Lessons from South Africa's capital account liberalization. **Emerging Markets Review**, [S.l.], v. 19, p. 96- 105, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1566014114000028>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

BARAT, H. Human perception and knowledge organization: **visual imagery**. **Library Hi Tech**, [S.l.], v. 25, p. 338-351, 2007. Disponível em:  
<<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/07378830710820925>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BEAN, A.; IRVINE, H. Derivatives disclosure in corporate annual reports: bank analysts' perceptions of usefulness. **Accounting and Business Research**, [S.l.], v. 45, n. 5, p. 602-619, 2015. Disponível em:  
<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.2015.1059312>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BEATTIE, V.; BRANDT, R.; FEARNLEY, S. Perceptions of auditor independence: U.K. evidence. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 67-107, 1999. Disponível em:  
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951899000051>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

BEATTIE, V.; SMITH, S. J. Evaluating disclosure theory using the views of UK finance directors in the intellectual capital context. **Accounting and Business Research**, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 471-494, 2012. Disponível em:  
<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.2012.668468>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BEYER, A.; COHEN, D. A.; LYS, T. Z.; WALTHER, B. R. The financial reporting environment: Review of the recent literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 296-343, 2010. Disponível em:  
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410110000431>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BIRT, J.; RANKIN, M.; SONG, C. Derivatives use and financial instrument disclosure in the extractives industry. **Accounting and Finance**, [S.l.], v. 53, p. 55-83, 2013. Disponível em:  
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/acfi.12001/abstract>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRATTEN, B.; JENNINGS, R.; SCHWAB, C. M. The accuracy of disclosures for complex estimates: Evidence from reported stock option fair values. **Accounting, Organizations and Society**, [S.l.], v. 52, p. 32– 49, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368215000847>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRYMAN, A. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, v. 4, 2012.

CAHEN, F. R.; LAHIRI, S.; BORINI, F. M. Managerial perceptions of barriers to internationalization: An examination of Brazil's new technology-based firms. **Journal of Business Research**, v. 69, p. 1973– 1979, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296315005822>> . Acesso em: 19 maio. 2017.

CAMFFERMAN, K. The Emergence of the ‘Incurred-Loss’ Model for Credit Losses in IAS 39. **Accounting in Europe**, [S.l.], v. 12, p. 1-35, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17449480.2015.1012526?journalCode=raie20>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CAPPONI, R. **Psicopatología y semiología psiquiátrica**. Santiago, Chile: Universitaria, 1987.

CARNEIRO, J.; RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Assessing international accounting harmonization in Latin America. **Accounting Forum**, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 172- 184, 2017. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0155998217300431> >. Acesso em: 15 nov. 2017.

CARTER, D.; SIMKINS, B. The market’s reaction to unexpected, catastrophic events: the case of airline stock returns and the September 11th attacks. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, [S.l.], v. 44, p. 539–558, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1062976904000328>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CHALMERS, K.; GODFREY, J. M. Practice Versus Prescription in the Disclosures and

Recognition of Derivatives. **Australian Accounting Review**. [S.l.], v. 10, n. 21, p. 40–50, 2000. Disponível em:

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1835-2561.2000.tb00061.x/abstract>> Acesso em: 26 set. 2016.

CHALMERS, K.; GODFREY, J. M. Reputation costs: the impetus for voluntary derivative financial instrument reporting. **Accounting, Organizations and Society**, [S.l.], v. 29, p. 95–12, 2004. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S036136820200034X>>. Acesso em 26 set. 2016.

CHANG, H.; DONOHUE, M.; SOUGIANNIS, T. Do analysts understand the economic and reporting complexities of derivatives?. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 61, p. 584–604, 2016. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016541011500052X>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CHOUDHRY, T. September 11 and time-varying beta of united states companies. **Applied Financial Economics**, [S.l.], v. 15, p. 1227-1242, 2005. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09603100500358742?journalCode=rafe20>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CHRISTENSEN, P.; FELTHAM, G. **Economics of Accounting**. V. II. Performance Evaluation, Springer, New York: 2005.

CINER, C. Commodity prices and inflation: testing in the frequency domain. **Research in International Business and Finance**, Wilmington, v. 25, p. 229-237, 2011. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0275531911000080>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Comisión Chilena del Cobre. Metales preciosos - Mercado del oro y la plata, 2015 Disponível em:<[www.cochilco.cl](http://www.cochilco.cl)>. Acesso em: 22 dic. 2016.

Comisión Chilena del Cobre. Informe tendencia del mercado del cobre, tercer trimestre 2016, 2016, Disponível em: <[www.cochilco.cl](http://www.cochilco.cl)>. Acesso em: 22 dic. 2016.

COOKE, T. E. Disclosure in the Corporate Annual Reports of Swedish Companies.

**Accounting and Business Research**, [S.l.], v.19, n. 74, p.113-124, 1989. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.1989.9728841>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ofício 30: **Determinação de refazimento e reapresentação das DFs e Formulários DFP 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015; e Formulários ITR 2013 (2o e 3o), 2014, 2015 e 2016, 03 de março de 2017**

DE ZEN, M. J. DE C. M; YATABE, S. S.; DE CARVALHO, L. N. G. Operações de hedge no agronegócio - uma análise baseada no hedging accounting. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/156>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

**Diario Financiero.** *Cobre se dispara más de 5%, su mejor sesión en más de siete años, tras discurso de Donald Trump.* Santiago, 9 nov. 2016. Mercados, Divisas, p. 1. Disponível em: <[https://www.df.cl/noticias/mercados/commodities/cobre-se-dispara-mas-de-5-su-mejor-sesion-en-mas-de-siete-anos-tras/2016-11-09/110058.html?utm\\_source=email&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Lo+Leido\\_09112016&utm\\_content=Link\\_Nota](https://www.df.cl/noticias/mercados/commodities/cobre-se-dispara-mas-de-5-su-mejor-sesion-en-mas-de-siete-anos-tras/2016-11-09/110058.html?utm_source=email&utm_medium=email&utm_campaign=Lo+Leido_09112016&utm_content=Link_Nota)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

**Diario Financiero.** *DOLAR no pudo superar los \$ 650 frenados por fuerte alza del cobre en volátil sesión tras victoria de Trump.* Santiago, 9 nov. 2016. Mercados, Divisas, p. 1. Disponível em: <[https://www.df.cl/noticias/mercados/divisas/dolar-no-pudo-superar-los-650-frenado-por-fuerte-alza-del-cobre-en/2016-11-09/090701.html?utm\\_source=email&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Lo+Leido\\_09112016&utm\\_content=Link\\_Nota](https://www.df.cl/noticias/mercados/divisas/dolar-no-pudo-superar-los-650-frenado-por-fuerte-alza-del-cobre-en/2016-11-09/090701.html?utm_source=email&utm_medium=email&utm_campaign=Lo+Leido_09112016&utm_content=Link_Nota)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

**Diario Financiero.** *¿GRACIAS Donald Trump? Precio del cobre se dispara 5% y logra su mejor semana desde 1979.* Santiago, 11 nov. 2016. Mercados, Divisas, p. 1. Disponível em: <<https://www.df.cl/noticias/mercados/commodities/gracias-donald-trump-precio-del-cobre>>

se-dispara-5-y-logra-su-mejor/2016-11-

11/103842.html?utm\_source=email&utm\_medium=email&utm\_campaign=Lo+Leido\_11112016&utm\_content=Link\_Nota>. Acesso em: 14 nov. 2016.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 147-160. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/2095101>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

DORMINEY, J. W.; APOSTOLOU, B. Hedging derivatives in the banking industry: Evidence of investor confusion. **Research in Accounting Regulation**, [S.l.], v. 24, p. 65–73, 2012. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1052045712000227>>. Acesso em: 26 set. 2016.

DYER, T., LANG, M.; STICE-LAWRENCE, L. Do Managers Really Guide Through the Fog? On the Challenges in Assessing the Causes of Voluntary Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 62, n. 2-3, p. 270- 276, 2016. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410116300507>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

DYER, T., LANG, M.; STICE-LAWRENCE, L. The Evolution of 10-K Textual Disclosure: Evidence from Latent Dirichlet Allocation. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], V. 64, N. 2-3, p. 221-245, 2017. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410117300484>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

DRAKOS, K. Terrorism-induced structural shifts in financial risk: airline stocks in the aftermath of the September 11th terror attacks. **European Journal of Political Economy**, S.l.], v. 20, p. 435- 446, 2004. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0176268003001071>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

ERASMUS, A. C.; DONOGHUE, S.; DOBBELSTEIN, T. Consumers' perception of the complexity of selected household purchase decisions. **Journal of Retailing and Consumer Services**, [S.l.], v. 21, p. 293– 305, 2014. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969698914000216>>. Acesso em: 19 maio. 2017.

ESSADDAM, N.; KARAGIANIS, J. M. Terrorism, country attributes, and the volatility of stock returns. **Research in International Business and Finance**, [S.l.], v. 31, p. 87-100, 2014. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0275531913000731>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

FIELDS, T. D; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on Accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 31, p. 255-307, 2001. Disponível em:

<[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=258519](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=258519)>. Acesso em: 25 set. 2016.

GILLAN, S. L.; PANASIAN, C. A. On Litigation Risk and Disclosure Complexity: Evidence from Canadian Firms Cross-Listed in the US. **The International Journal of Accounting**, [S.l.], v. 49, n. 4, p. 426– 454, 2014.

Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020706314000934>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GUAY, W; KOTHARI, S. How much do firms hedge with derivatives?. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 70, p. 423–461, 2003. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X0300179X>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GUAY, W.; SAMUELS, D.; TAYLOR, D. Guiding Through the Fog: Financial Statement Complexity and Voluntary Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 62, n. 2-3, p. 234-269, 2016. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410116300489>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

HAUSHALTER, G. D. Financing Policy, Basis Risk, and Corporate Hedging: Evidence from Oil and Gas Producers. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 55, n. 1, p. 107- 152, 2000.

Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/222552?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/222552?seq=1#page_scan_tab_contents)>.

Acesso em: 10 mai. 2017.

HASSAN, M. S.; PERCY, M.; STEWART, J. D. The value relevance of fair value disclosures in Australian firms in the extractive industries. **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 41- 61. 2006a.. Disponível em:

<[Http://eprints.qut.edu.au/5221/](http://eprints.qut.edu.au/5221/)>. Acesso em: 26 set. 2016.

HASSAN, M. S.; PERCY, M.; STEWART, J. D. The Transparency of Derivative Disclosures by Australian Firms in the Extractive Industries. **Corporate Governance and Control**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 257 – 270, 2006b. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/27464556\\_The\\_Transparency\\_of\\_Derivative\\_Disclosures\\_by\\_Australian\\_Firms\\_in\\_the\\_Extractive\\_Industries](https://www.researchgate.net/publication/27464556_The_Transparency_of_Derivative_Disclosures_by_Australian_Firms_in_the_Extractive_Industries)>. Acesso em: 27 jul. 2016.

HASSAN, M.; SALEH, N.; RAHMAN, M. Determinants of Financial Instruments Disclosure Quality among Listed Firms in Malaysia. *Available at SSRN 1157788*. 2008.

Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1157788](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1157788)>. Acesso em: 26 set. 2016.

HEANEY, R.; WINATA, H.. Use of derivatives by Australian companies. **Pacific-Basin Finance Journal**, [S.l.], v. 13, p. 411- 430. 2005. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0927538X05000028>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

HODGDON, C.; TONDKAR, R. H.; ADHIKARI, A.; HARLESS, D. W. Compliance with International Financial Reporting Standards and auditor choice: New evidence on the importance of the statutory audit. **The International Journal of Accounting**, [S.l.], v. 44, p. 33- 55, 2009. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020706308001118>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

HOUCINEL, A.; KOLSI, M. C. The Effect of Financial Reporting Quality on Corporate Investment Efficiency: Evidence from the Tunisian Stock Market. **Research in International Business and Finance**, [S.l.], v. 42, p. 321- 337, 2017. Disponível em:

<<https://ideas.repec.org/a/eee/riibaf/v42y2017icp321-337.html> >. Acesso em: 16 nov. 2017.

HUANG, Z.; GAO, S. The usefulness of derivative disclosures for investment decision-making: Perceptions of Chinese institutional investors. **Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies**, [S.l.], v. 7, n.3, p.173- 192, 2014. Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JCEFTS-02-2015-0009>>. Acesso em: 12 out. 2016.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IASB. **IAS 32:** Instrumentos financeiros: apresentação, [S.l.], 2012a. Disponível em:

<<http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/br/2012/IAS32.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **IAS 39:** Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, [S.l.], 2012b.

Disponível em: <<http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/br/2012/IAS39.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **IFRS 9:** Instrumentos financeiros, [S.l.], 2015. Disponível em:

<<http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/br/2015/IFRS9.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **IFRS 9:** Instrumentos financieros, [S.l.], 2016. Disponível em:

<[Http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/es/2016/ifrs09.pdf](http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/es/2016/ifrs09.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2016.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Rochester, v. 3, p. 305-360, 1976.

JIMENES, P.; IYES, G. S. Tax compliance in a social setting: The influence of social norms, trust in government, and perceived fairness on taxpayer compliance. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, [S.l.], v. 34, p. 17– 26, 2016. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S088261101630102X>> Acesso em: 25 mai. 2017.

JOHANSEN , T. R.; PLENBORG, T. Prioritising disclosures in the annual report. **Accounting and Business Research**, [S.l.], v. 43, n. 6, p. 605- 635, 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.2013.827105>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

JOSHI, P. L.; BREMSER, W. G.; AL-AJMI, J. Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting standards: Evidence from Bahrain. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, [S.l.], v. 24, p. 41-48, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0882611008000102>> Acesso em: 30 mai. 2017.

KARYOTIS, C.; ALIJANI, S. Soft commodities and the global financial crisis: implications for the economy, resources and institutions. **Research in International Business and Finance**, Reims, v. 37, p. 350- 359, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0275531916300071>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

KAWALLER, I. What Analysts Need to Know about Accounting for Derivatives. **Financial Analysts Journal**, [S.l.], v. 60, n. 2, p. 24-30. 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4480553>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

KEFFALA, M. How using derivatives affects bank stability in emerging countries? Evidence from the recent financial crisis. **Research in International Business and Finance**, [S.l.], v. 35, p. 75–87, 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027553191500032X>>. Acesso em: 25 out. 2016.

KHUMAWALA, S.; RANASINGHE, T.; YAN, C. J. Why hedge? Extent, nature, and determinants of derivative usage in U.S. municipalities. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 303– 325, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425415000988>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

LAWRENCE, A. Individual investors and financial disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 56, p. 130-147, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410113000359>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

LAWSON, B. P.; MURIEL, L.; SANDERS, P. R. A survey on firms' implementation of COSO's 2013 Internal Control–Integrated Framework, **Research in Accounting Regulation**, Available online 26 April 2017. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1052045717300048>> Acesso em: 25 mai. 2017.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. D. Economic Consequences of Financial Reporting and Disclosure Regulation: A Review and Suggestions for Future Research. **Journal of Accounting Research**, [S.l.], v. 54, n. 2, p. 525– 622, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951899000051>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Li, F. Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 45, n. 2-3, p. 221-247, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410108000141>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

LIEVENBRÜCK, M.; SCHMID, T. Why do firms (not) hedge? — Novel evidence on cultural influence. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 25, p. 92-10, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929119913001090>>. Acesso em: 9 nov 2016.

LIM, S. J., WHITE, G., LEE, A.; YUNINGSIH, Y. (2017). A longitudinal study of voluntary disclosure quality in the annual reports of innovative firms. **Accounting Research Journal**, [S.l.], v.30, n. 1, p. 89- 106, 2017. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ARJ-08-2013-0056>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

LONGSTAFF, F. The subprime credit crisis and contagion in financial markets. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 97, p. 436-450, 2010. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X10000127>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

LOPES, A. B.; DE ALENCAR, R. C. Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: The Brazilian case. **The International Journal of Accounting**, [S.l.], v. 45, p. 443-464, 2010 Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020706310000865>>. Acesso em: 01 out. 2016.

LOPES, A. B.; DOS SANTOS, N. S. A administração do lucro contábil e os critérios para determinação da eficácia do *hedge accounting*: utilização da correlação simples dentro do arcabouço do SFAS No 133. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 31, p. 16 – 25, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772003000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000100002)>. Acesso em: 4 mar. 2018.

LOPES, A.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for financial instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**. [S.l.], v. 42, n. 1, p. 25-56, 2007. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002070630600104X>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MALAQUIAS, R.; LEMES, S. Disclosure of financial instruments according to International Accounting Standards: empirical evidence from Brazilian companies. **Brazilian Bussiness Review**. Vitoria, v. 10, n. 3, p. 82-107, 2013. Disponível em:

<[http://www.bbbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod\\_artigo=82](http://www.bbbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=82)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MALAQUIAS, R. F.; ZAMBRA, P. Disclosure of financial instruments: Practices and challenges of latin american firms from the mining industry. **Research in International Business and Finance**. Brasil, Available online 11 July 2017 Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0275531917302350>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MARÍN-IDÁRRAGA, D. A. La conformación del currículo en Administración: un estudio desde el isomorfismo institucional. **Estudios Gerenciales**, [S.l.], v. 29, n. 129, p. 466- 475, 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0123592314000837>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MAROUN, W.; ZIJL, W. V. Isomorphism and resistance in implementing IFRS 10 and IFRS 12. **The British Accounting Review**, [S.l.], v. 48, n. 2, p. 220- 239, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0890838915000360>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MELLONI, G.; CAGLIO, A.; PEREGO, P. Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.l.], v. 36, n.3, p.220- 238, 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425417300285>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MILLER, B. P. The Effects of Reporting Complexity on Small and Large Investor Trading. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 85, n. 6, p. 2107- 2143, 2010. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1473863](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1473863)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MISHRA, A. Attribute-based design percep (Leuz & Wysocki, 2008)tions and consumer-brand relationship: Role of user expertise. **Journal of Business Research**, [S.l.], v. 69, n.12, p. 5983– 5992, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296316303940>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

MOHAMMADI, A.; MARDINI, G. Financial instruments disclosure: the case of Qatari listed banks. **Afro-Asian J. Finance and Accounting**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 160-182, 2016. Disponível

em: <<http://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/AAJFA.2016.077335>>. Acesso em: 12 out. 2016.

NAVARRO-GARCÍA, J. C.; BASTIDA, F. An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, [S.l], v. 19, p. 110-120, 2010.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951810000169>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

NOVOTNY- FARKAS, Z. The Interaction of the IFRS 9 Expected Loss Approach with Supervisory Rules and Implications for Financial Stability. **Accounting in Europe**, [S.l], v. 13, n. 2, p. 197– 227, 2016. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17449480.2016.1210180>>. Acesso em 14 dez. 2016.

NURUNNABI, M. The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 31, n. 1, p. 136- 149, 2015. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0882611015000164>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PETER L. Characteristics of human perception and their relevance when studying information behavior . **Journal of Documentation**, [S.l], v. 70, p. 562 – 574, 2013.

Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JD-05-2012-0064>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

PROROKOWSKI, L. Lessons from financial crisis contagion simulation in Europe. **Studies in Economics and Finance**, [S.l], v. 30, p. 159- 188, 2013. Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/10867371311325453>>. Acesso em: 27 oct. 2016.

RIBEIRO FILHO, J.F.; LOPES, J.; PEDERNEIRA, M. Estudando Teoria da Contabilidade, São Paulo: Atlas, 2009

REITER, B. The Epistemology and Methodology of Exploratory Social Science Research: Crossing Popper with Marcuse. **Government and International Affairs Faculty Publications**, [S.l], v. 99, n. 1, p. 1-17, 2013. Disponível em:

<[https://works.bepress.com/bernd\\_reiter/14/](https://works.bepress.com/bernd_reiter/14/)>. Acesso em: 18 mai. 2017.

SALGADO, R. J. S.; RAMIREZ, A.F.; MARTINEZ, F. V. Impacto de los precios de los metales en la estructura de capital de las empresas minerometalúrgicas en América Latina (2004-2014). **Contaduría y Administración**. Monterrey, v. 24, p. 1-17, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0186104216300080>>. Acesso em: 09 out. 2016.

SANTILLÁN, R. J.; FONSECA, A.; VENEGAS, F. Impacto de los precios de los metales en la estructura de capital de las empresas minerometalúrgicas en América Latina (2004-2014). **Contaduría y Administración**, [S.l], 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0186104216300080>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

SINGH, J. T. Towards Post-neoliberal Resource Politics? The International Political Economy (IPE) of Oil and Copper in Brazil and Chile. **New Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 329- 358, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2013.779649>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SCHIPPER, K. Required Disclosures in Financial Reports. **The Accounting Review**, [S.l], v. 80, n. 2, p. 301- 326, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/30243468>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SCOTT, W. **Financial accounting theory**. Toronto: Pearson, 2009.

SUNDER, S. **Teoria da contabilidade e do controle**. São Paulo: Atlas, 2014.

TAHAT, Y.; DUNNE, T.; FIFIELD, S.; POWER, D. The Impact of IFRS 7 on the Significance of Financial Instruments Disclosure: Evidence from Jordan. **Accounting Research Journal**, [S.l], v. 29, n.3, p. 241- 273, 2016. Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ARJ-08-2013-0055>>. Acesso em: 26 out. 2016.

TAYLOR, W. D.; SNYDER, L. A. The influence of risk perception on safety: A laboratory study. **Safety Science**, [S.l.], v. 95, p. 116- 124, 2017. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925753517303259>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

TAYLOR, G.; TOWER, G.; NEILSON, J. Corporate communication of financial risk. **Accounting and Finance**, v. 50, p. 417- 446, 2010. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-629X.2009.00326.x/full> >. Acesso em 26 set. 2016.

TAYLOR, G., TOWER G.; VAN DER ZAHN, M.; NEILSON, J. Corporate governance determinants on Australian resource companies' financial instrument disclosure practices. **Asian Review of Accounting**, [S.l.], v.16, p. 56-73, 2008. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/13217340810872472> >. Acesso em 27 nov 2016.

TESSEMA, A. M. Accounting for derivatives and risk management activities: The impact of product market competition. **International Journal of Accounting & Information Management**, [S.l.], v. 24, n.1, p. 82- 96, 2016. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/IJAIM-05-2015-0028>>. Acesso em: 01 out. 2016.

URQUIZA, F. B.; NAVARRO, M. A.; TROMBETTA, M. Disclosure theories and disclosure measures. **Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad**, [S.l.], v. 39, p. 393- 420, 2010. Disponível em: <[http://www.aeca.es/old/refc\\_1972-2013/2010/147-1.pdf](http://www.aeca.es/old/refc_1972-2013/2010/147-1.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

UYAR, A.; GÜNGÖRMÜS, A. H. Perceptions and knowledge of accounting professionals on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. **Research in Accounting Regulation**, v. 25, p.77–87, 2013. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1052045712000446>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97- 180, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410101000258>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

WATTS, J. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **The British Accounting Review**, [S.l.], v. 24, p. 235-267, 1992. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089083890580023X>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1986.

YEAGER, T. Causes, consequences and cures of the subprime financial crisis. **Journal of Economics and Business**, Fayetteville, v. 63, p. 345-348, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/01486195/64/5>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

ZANGO, A. G.; KAMARDIN, H.; ISHAK, R. Mandatory International Financial Reporting Standards 7 (IFRS 7) Disclosure by Listed Banks in Nigeria, **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, Rome, Italy. v.4, n.2, p.435- 440, 2015. Disponível em: <<http://www.mcseser.org/journal/index.php/ajis/article/view/7187>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ZEFF, S. A. Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. **The British Accounting Review**, v. 39, p. 90- 302, 2007. Disponível em: <<http://www.ruf.rice.edu/~sazeff/PDF/Some%20Obstacles.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ZHANG, H. Effect of derivative accounting rules on corporate risk-management behavior. **Journal of Accounting and Economics**, [S.l.], v. 47, p. 244– 264, 2009. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=926405](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=926405)>. Acesso em: 09 nov. 2016.

## APÊNDICE A – Questões do perfil dos respondentes

### Parte 1 - Perfil do Respondente

- 1 Idade (anos)
- 2 Sexo
- 3 Você possui curso de Graduação em Ciências Contábeis?
- 4 Ano em que se formou em Ciências Contábeis:
- 5 Você possui curso de Graduação em outra área (SIM / NÃO)?
- 6 Tempo de Experiência no mercado de trabalho (anos):
- 7 Você trabalha (ou já trabalhou) como CONTADOR?
- 8 Tempo de Experiência como CONTADOR (anos):
- 9 Você trabalha (ou já trabalhou) como AUDITOR Interno?
- 10 Tempo de experiência como AUDITOR Interno (anos):
- 11 Você trabalha (ou já trabalhou) como AUDITOR Externo?
- 12 Tempo de experiência como AUDITOR Externo (anos):  
 Você possui experiência de atuação em uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo (Deloitte, EY, KPMG ou PWC)?  
 Como contador ou auditor, há um SETOR de atividade específico de sua atuação, ou  
 14 algum SETOR no qual você seja mais especializado? (SIM / NÃO)  
 Por favor, assinale as opções de empresas com as quais você já trabalhou ou já prestou  
 15 serviços relacionados à CONTABILIDADE / AUDITORIA:  
 Microempresas (até 9 funcionários no Comércio /// até 19 funcionários na Indústria)  
 Pequenas Empresas (de 10 a 49 funcionários no Comércio /// 20 a 99 funcionários na Indústria)  
 Empresas de Médio Porte (de 50 a 99 funcionários no Comércio /// 100 a 499 funcionários na Indústria)  
 Empresas de Grande Porte (acima de 100 funcionários no Comércio /// acima de 500 funcionários na Indústria)  
 Por favor, assinale as opções de setores de atividade com os quais você já trabalhou ou já  
 16 prestou serviços relacionados à CONTABILIDADE / AUDITORIA:  
 Energia Elétrica  
 Petróleo, Derivados do Petróleo e Gás  
 Telecomunicações  
 Mineração / Minerais não Metálicos  
 Papel e Celulose  
 Siderurgia e Metalurgia  
 Agronegócios  
 Bancos / Instituições Financeiras
- 17 Você possui ou já possuiu como clientes (ou trabalha / já trabalhou em)...  
 ...empresas que possuem COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS?  
 ...empresas com CONTROLE ESTRANGEIRO  
 ...empresas EXPORTADORAS  
 ...empresas com GESTORES / DIRETORES que possuem conhecimento contábil  
 ...empresas com empenho em publicar relatórios contábeis com ELEVADA QUALIDADE?  
 ...empresas com empenho em promover TRANSPARÊNCIA para os usuários externos de seus relatórios contábeis

- ...empresas LISTADAS na Bolsa de Valores de seu País?
- ...empresas LISTADAS em Bolsa de Valores de outro País?
- 18 Você possui formação complementar / especialização (SIM / NÃO)?
- 19 Você possui Mestrado (SIM / NÃO)?
- 20 Você possui Doutorado (SIM / NÃO)?
- Durante o seu curso de Graduação, em média, quantas disciplinas abordaram o
- 21 MERCADO FINANCEIRO?
- Durante o seu curso de Graduação, em média, quantas disciplinas exploraram a
- 22 CONTABILIZAÇÃO de instrumentos financeiros?
- Durante o seu curso de Graduação, em média, quantas disciplinas exploraram a
- 23 CONTABILIZAÇÃO de instrumentos financeiros DERIVATIVOS?
- Durante o seu curso de Graduação, em média, quantas disciplinas exploraram a
- 24 contabilidade de *hedge* / *HEDGE ACCOUNTING*?
- 25 Você já participou de algum treinamento sobre DERIVATIVOS?
- Você já participou de algum treinamento sobre contabilidade de *hedge* / *HEDGE*
- 26 *ACCOUNTING*?
- 27 Posição profissional na empresa em que atua:
- Assistente
- Semi-sênior
- Sênior
- Gerente
- Administrador
- Sócio
- 28 Em que ano foi iniciado o SEU contato com instrumentos financeiros?
- 29 Em que ano foi iniciado o SEU contato com instrumentos financeiros DERIVATIVOS?
- Em que ano foi iniciado o SEU contato com a contabilidade de *hedge* / *HEDGE*
- 30 *ACCOUNTING*?
- Dentre seus CLIENTES (ou na empresa em que trabalha), QUAL SETOR mais utiliza os
- 31 DERIVATIVOS?
- Dentre seus CLIENTES (ou na empresa em que trabalha), QUAL SETOR mais utiliza a
- 32 contabilidade de *hedge* / *HEDGE ACCOUNTING*?
- 33 Você já contabilizou (ou auditou) alguma operação com DERIVATIVOS?
- Você já contabilizou (ou auditou) alguma operação com a contabilidade de *hedge* /
- 34 *HEDGE ACCOUNTING*?
- 35 Você já elaborou (ou auditou) informações sobre Instrumentos Financeiros?

## APÊNDICE B - Questões da complexidade

### Parte 2 - Percepção sobre Complexidade de Operações Contábeis com Derivativos

- 36 Contabilizar Empréstimos Bancários de CURTO prazo é complexo
- 37 Contabilizar Empréstimos Bancários de LONGO prazo é complexo
- 38 Contabilizar COTAS de FUNDOS de Investimentos é complexo
- 39 Contabilizar Depósitos a Prazo é complexo
- 40 Contabilizar Contas a Receber é complexo
- 41 Contabilizar Contas a Pagar é complexo
- 42 Contabilizar Contratos Futuros é complexo
- 43 Contabilizar operações de OPÇÕES é complexo
- 44 Contabilizar AÇÕES adquiridas de outras empresas é complexo
- 45 Contabilizar Operações de *SWAP* é complexo
- 46 Contabilizar Instrumentos Financeiros é complexo
- 47 Contabilizar Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo
- 48 Registrar a contabilidade de hedge / *HEDGE ACCOUNTING* é complexo
- 49 Calcular o Valor Justo de Instrumentos Financeiros é complexo
- 50 Calcular o Valor Justo de Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo  
Registrar operações INICIAIS de contabilidade de *hedge* / *HEDGE ACCOUNTING* é
- 51 complexo  
Registrar operações POSTERIORES de contabilidade de *hedge* / *HEDGE*
- 52 *ACCOUNTING* é complexo  
Implementar os TESTES de EFETIVIDADE para a contabilidade de *hedge* / *HEDGE*
- 53 *ACCOUNTING* é complexo
- 54 Detectar instrumentos financeiros Embutidos é complexo
- 55 Contabilizar o *Hedge* de Fluxo de Caixa é complexo
- 56 Contabilizar o *Hedge* de Valor Justo é complexo
- 57 Contabilizar o *Hedge* de Investimentos no Exterior é complexo  
Contabilizar os efeitos tributários da contabilidade de *hedge* / *Hedge Accounting* é
- 57 complexo
- 59 Evidenciar informações sobre Instrumentos Financeiros é complexo
- 60 Evidenciar informações sobre Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo
- 61 Evidenciar informações sobre o VALOR JUSTO dos DERIVATIVOS é complexo
- 62 Evidenciar informações sobre o *HEDGE ACCOUNTING* é complexo
- 63 Estimar o montante de exposição do RISCO de CRÉDITO é complexo.
- 64 Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de CRÉDITO é complexo.
- 65 Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de TAXA de JUROS é complexo.  
Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de TAXA de CÂMBIO é
- 66 complexo.
- 67 Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de LIQUIDEZ é complexo.
- 68 Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de MERCADO é complexo.
- 69 Identificar ativos financeiros DISPONÍVEIS PARA VENDA é complexo.
- 70 Identificar ativos financeiros MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO é complexo.
- 71 Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO é complexo.
- 72 Evidenciar informações sobre o NÍVEL DE EXPOSIÇÃO ao RISCO é complexo.
- 73 Evidenciar informações sobre MÉTODOS UTILIZADOS PARA MENSURAR o

RISCO é complexo.

O conceito de Instrumentos Financeiros mensurados a CUSTO AMORTIZADO é  
74 complexo.

75 O conceito de Instrumentos Financeiros mensurados a VALOR JUSTO é complexo.

76 Mensurar PERDAS com CRÉDITO INCORRIDAS é complexo.

77 Calcular PERDAS com CRÉDITO ESTIMADAS (IFRS-9) é complexo.

## APÊNDICE C – Grupos complexidades

Complexidade N°	Pergunta do questionário	Autores
C.1:	Instrumentos Financeiros (contabilização)	
36	Contabilizar Empréstimos Bancários de CURTO prazo é complexo	MALAQUIAS; LEMES, 2013; MOHAMMADI; MARDINI, 2016; TAHAT <i>et al.</i> , 2016; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
37	Contabilizar Empréstimos Bancários de LONGO prazo é complexo	
38	Contabilizar COTAS de FUNDOS de Investimentos é complexo	
39	Contabilizar Depósitos a Prazo é complexo	
40	Contabilizar Contas a Receber é complexo	
41	Contabilizar Contas a Pagar é complexo	
46	Contabilizar Instrumentos Financeiros é complexo	
44	Contabilizar AÇÕES adquiridas de outras empresas é complexo	
C2:	Instrumentos Financeiros Derivativos (contabilização)	
42	Contabilizar Contratos Futuros é complexo	CHALMERS; GODFREY, 2004; LOPES; RODRIGUES, 2007; BIRT; RANKIN; SONG, 2013; MALAQUIAS; LEMES, 2013; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
43	Contabilizar operações de OPÇÕES é complexo	
45	Contabilizar Operações de SWAP é complexo	
47	Contabilizar Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo	
58	Contabilizar os efeitos tributários da contabilidade de <i>hedge</i> / <i>Hedge Accounting</i> é complexo	
C.3:	<i>Hedge accounting</i> (contabilização- identificação)	
48	Registrar a contabilidade de <i>hedge</i> / <i>HEDGE ACCOUNTING</i> é complexo	LOPES; RODRIGUES, 2007; MALAQUIAS; LEMES, 2013;
51	Registrar operações INICIAIS de contabilidade de <i>hedge</i> / <i>HEDGE ACCOUNTING</i> é complexo	
52	Registrar operações POSTERIORES de contabilidade de <i>hedge</i> / <i>HEDGE ACCOUNTING</i> é complexo	MOHAMMADI; MARDINI, 2016;
55	Contabilizar o <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa é complexo	TAHAT <i>et al.</i> , 2016. IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9
56	Contabilizar o <i>Hedge</i> de Valor Justo é complexo	
57	Contabilizar o <i>Hedge</i> de Investimentos no Exterior é complexo	
53	Implementar os TESTES de EFETIVIDADE para a contabilidade de <i>hedge</i> / <i>HEDGE ACCOUNTING</i> é complexo	

C.4: <i>Fair Values</i> - Instrumentos Financeiros		
49	Calcular o Valor Justo de Instrumentos Financeiros é complexo	CHALMERS; GODFREY, 2004;
50	Calcular o Valor Justo de Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo	HASSAN; PERCY; STEWART, 2006a;
61	Evidenciar informações sobre o VALOR JUSTO dos DERIVATIVOS é complexo	LOPES; RODRIGUES, 2007;
75	O conceito de Instrumentos Financeiros mensurados a VALOR JUSTO é complexo.	MALAQUIAS; LEMES, 2013;  BRATTEN; JENNINGS; SCHAWB, 2016; MOHAMMADI; MARDINI, 2016; TAHAT; DUNNE; FIFIELD; POWER, 2016; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
C. 5: Elaboração de análises de Sensibilidade de Riscos		
64	Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de CRÉDITO é complexo.	CHALMERS; GODFREY, 2004
65	Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de TAXA de JUROS é complexo.	LOPES; RODRIGUES, 2007;
66	Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de TAXA de Câmbio é complexo.	TAYLOR; TOWER; NEILSON, 2010;
67	Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de LIQUIDEZ é complexo.	BIRT; RANKIN; SONG, 2013;
68	Elaborar uma Análise de Sensibilidade sobre o RISCO de MERCADO é complexo.	IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
C. 6: Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO		
71	Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO é complexo.	CHALMERS; GODFREY, 2004;
72	Evidenciar informações sobre o nível de exposição ao RISCO é complexo.	TAYLOR; TOWER; NEILSON, 2010;
73	Evidenciar informações sobre MÉTODOS UTILIZADOS PARA MENSURAR o RISCO é complexo.	BIRT; RANKIN; SONG, 2013;  MALAQUIAS; LEMES, 2013; MOHAMMADI; MARDINI, 2016; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.

C. 7: Identificar e classificar os instrumentos financeiros		
69	Identificar ativos financeiros DISPONÍVEIS PARA VENDA é complexo.	MALAQUIAS; LEMES, 2013;
70	Identificar ativos financeiros MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO é complexo.	MOHAMMADI; MARDINI, 2016;
74	O conceito de Instrumentos Financeiros mensurados a CUSTO AMORTIZADO é complexo.	TAHAT; DUNNE; FIFIELD; POWER, 2016;
75	O conceito de Instrumentos Financeiros mensurados a VALOR JUSTO é complexo.	IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
C. 8: IFRS 9		
76	Mensurar PERDAS com CRÉDITO INCORRIDAS é complexo.	CAMFFERMAN, 2015;
77	Calcular PERDAS com CRÉDITO ESTIMADAS (IFRS-9) é complexo.	NOVOTNY-FARKAS, 2016;
63	Estimar o montante de exposição do RISCO de CRÉDITO é complexo.	MOHAMMADI; MARDINI, 2016; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.
C. 9: <i>Disclosures</i>		
54	Detectar instrumentos financeiros Embutidos é complexo	CHALMERS; GODFREY, 2004;
62	Evidenciar informações sobre o <i>HEDGE ACCOUNTING</i> é complexo	LOPES; RODRIGUES, 2007;
60	Evidenciar informações sobre Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo	MALAQUIAS; LEMES, 2013;
61	Evidenciar informações sobre o VALOR JUSTO dos DERIVATIVOS é complexo	HUANG; GAO, 2014;
59	Evidenciar informações sobre Instrumentos Financeiros é complexo	MOHAMMADI; MARDINI, 2016;
71	Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO é complexo.	TAHAT <i>et al.</i> , 2016; IAS 32- IFRS 7/ IAS 39 - IFRS 9.

(C. ) Corresponde ao grupo de complexidade

**APÊNDICE D – Índices de confiabilidade e consistência interna**

Encurtamento	Grupo Complexidade	Nº complexidade	Alfa de Cronbach
Derivativos	Instrumentos Financeiros Derivativos (contabilização): Contabilizar Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo. Contabilizar os efeitos tributários da contabilidade de hedge / Hedge Accounting é complexo	2	0.467
Deriv.Perg.1	Contabilizar Instrumentos Financeiros DERIVATIVOS é complexo	2	-
Valor Justo	<i>Fair Values</i> - Instrumentos Financeiros	4	0.821
Anál. Sensib.	Elaboração de análises de Sensibilidade de Riscos	6	0.949
Gestão Risco	Evidenciar informações sobre GESTÃO de RISCO	5	0.889
IFRS-09	IFRS 9	9	0.789

### APÊNDICE E: Análise bivariada de associação por meio do teste Qui-Quadrado

Variáveis	Derivativos (dummy)		Deriv.Perg.1 (dummy)		Valor Justo (dummy)		Anál. Sensib. (dummy)		Gestão Risco (dummy)		IFRS-09 (dummy)	
	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.
País		0.326		0.837		0.322		0.177		0.167		0.780
ExpMercado(dm)	-	0.093	-	0.039		0.154		0.267		0.420		0.521
Big4		0.116	+	0.013		0.136		0.732		0.374		0.601
Size(dm)		0.882		0.282		0.318		0.110		0.395		0.170
Setor		0.582		0.266		0.183		0.816		0.235		0.976
Qualid/Tranp/GC		0.731		0.729		0.978		0.102		0.853		0.110
Listada		0.818		0.459		0.933		0.855		0.224		0.836
Estrang/Export		0.981		0.729		0.734		0.102	+	0.098		0.387

Notas: As variáveis Derivativos, Deriv. Perg.1, Valor Justo, Anál. Sensib. Gestão Riscos, e IFRS-09 são variáveis dummy, que recebem valor 1 para respondentes com percepção média superior a 3,5 e valor 0 nos demais casos; País: variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; ExpMercado(dm): variável dummy que recebe 1 para respondentes com mais de 10 anos de experiência de mercado 0 para os demais casos; Big4: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Size(dm): variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas grandes ou médias, e 0 para os demais casos; Setor: variável dummy, que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de Finanças, Minas, Agronegócio, Bancos, Petróleo, Papel e Celulose, ou Siderurgia e Metalurgia, e 0 para os demais casos; Qualid/Tranp/GC: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de Governança Corporativa, e 0 nos demais casos; Listada: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; Estrang/Export: variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos; Sin.: indica o sinal para a relação observada; Signif.: indica o nível de significância para o teste estatístico Qui-Quadrado.